

PANIFICADORA DE VILA REAL

Proposta de intervenção e reabilitação como prática legitimadora
da construção social da noção de património

AGRADECIMENTOS

Á minha mãe que me apoiou desde o início do percurso académico, ao meu pai pelo esforço, ao meu irmão que sempre me encorajou, a ambas as avós que sempre acreditaram. Á minha prima que esteve comigo em todos os momentos.

Ao senhor Jorge Vieira.

Á arquiteta Ana leal.

Aos amigos que me apoiaram neste longo percurso.

Obrigado Alfaro, Sílvia, Ricardo, Jaime, João, Hugo, Miguel, Gonçalo, Camila, Elisa...

RESUMO

A presente dissertação tem por base uma intenção crescente de intervir através de uma proposta de um projeto de arquitetura, concretamente, uma proposta de reabilitação da Panificadora de Vila Real. Da análise ao contexto social e cultural anterior e seu contemporâneo, percorrendo um caminho sobre a vida e obra do arquiteto Nadir Afonso, constata-se sobretudo uma peculiar riqueza ideológica e cultural que permitiu a elaboração do objeto de estudo, sustentado em experiências e aprendizagens adquiridas sobretudo no seio do surgimento do Movimento Moderno e da sua internacionalização. A reflexão sobre este momento histórico da arquitetura do século XX, em especial no panorama português, ao momento muito envolto em mutações socioculturais específicas e complexas. É por entre a abrangente análise realizada que surge a Panificadora de Vila Real, obra que constituiu, construiu e ainda constrói uma parte significativa da memória e da identidade coletiva da cidade de Vila Real, que deste modo, tem uma nova oportunidade de garantir e preservar o seu valor arquitetónico e cultural, sustentada na concretização de uma proposta de reabilitação do edifício preexistente, que por sua vez, se encontra em clara e progressivo estado ruinoso. Vem por este meio a prática da arquitetura efetivar o seu papel interventivo, construtivo e inerente à sua obrigatoriedade de se estabelecer como disciplina construtiva e criadora de respostas às exigências da condição humana.

ABSTRACT

The present thesis is based on an increasing intention to intervene through a proposal of an architectural project, concretely, a proposal of a rehabilitation of the Panificadora de Vila Real. From the analysis of the previous social and cultural context and his contemporary context, traversing a path on the life and the work of the architect Nadir Afonso, it is noticed above all a peculiar ideological and cultural richness that allowed the elaboration of the study case, sustained in experiences and acquired learning especially in the midst of the emergence of the Modern Movement and its internationalization. The reflection on this historical moment of the architecture of the twentieth century, especially in the portuguese panorama, to the moment very enveloped in specific and complex sociocultural mutations. It is through the embracing analysis that arises the Panificadora de Vila Real, a work that constituted, built and still builds a significant part of the collective memory and identity of the city of Vila Real, which in this way has a new opportunity to guarantee and preserve its architectural and cultural value, based on the realization of a proposal to rehabilitate the pre-existing building, which in turn is in a clear and progressive ruinous state. The practice of architecture comes here by effect its intervention, constructive and inherent in its obligation to establish itself as a constructive discipline and creator of responses to the demands of the human condition.

Índice (provisório)

Introdução

Contexto

- Social, cultural e ideológico
- Movimento Moderno em Portugal
- O arquiteto Nadir Afonso

A Panificadora de Vila Real

- Análise da obra
- Faseamento do processo projetual
- Mutações
- Situação atual

Proposta de reabilitação

- O que é a “Reabilitação”?
- Enquadramento
- Problemáticas existentes
- Projeto

Conclusão

Bibliografia e fontes

Anexos

INTRODUÇÃO

Ao longo do percurso como estudante de arquitetura, entre as várias competências estimuladas, destaca-se a particular apreensão sensorial do meio que rodeia e condiciona a rotina quotidiana de cada indivíduo. Aparece ser uma síndrome de apreciação das materialidades, texturas, composições; todo o espaço e matéria se torna imperativo de ser pensado e adequado à escala humana. O que maioritariamente começa por ser uma apreciação generalizada de um contexto ou lugar, o diálogo que um edifício estabelece com a envolvente próxima, ou numa visão estratégica de planeamento urbanístico, com relativa ligeireza, torna-se numa particular atenção ao detalhe e aos pequenos componentes que permitem a total viabilização de um edifício. Posto isto, o objeto de estudo a que esta dissertação se dedica, a Panificadora de Vila Real, apresenta-se como uma obra de inegável valor patrimonial e arquitetónico, ao qual nenhum observador permanece indiferente, em especial, por se tratar de um edifício em ruína que, por sua vez, já não responde à função e sentido aos quais se destinou aquando da sua edificação.

Esta obra, concebida no ano de 1965 pelo arquiteto Nadir Afonso, destaca-se tanto do contexto regional como local em que se insere, muito devido à harmoniosa conjugação alcançada entre o programa industrial a que se destinava e a conceção formal e espacial marcadamente moderna, com influências vincadas oriundas da experiência do arquiteto com os mestres modernos, Le Corbusier e Óscar Niemeyer. Este percurso singular do arquiteto da Panificadora de Vila Real, torna a sua obra numa assimilação de um aprendizado de base marcadamente moderna, por onde Nadir, intencionalmente converge um pensamento próprio, que em muito vem enriquecer a fase final do movimento moderno português, sensivelmente balizado entre 1955 e finais da década de 60¹.

Embora o valor arquitetónico deste edifício não ser resultado de unânime apreciação, a Panificadora de Vila Real adquire uma considerável valorização representativa, quer pelo testemunho de um movimento moderno nacional em muitos aspetos bastante peculiar comparativamente ao que se vinha a produzir a nível internacional, quer pelo impacto social regional que provocou.

Para além de transmitir uma imagem industrial inovadora, soma-se a relação que impôs ao quotidiano da cidade de Vila Real. Este espaço dedicado à panificação, como produtor de um bem essencial, constitui um meio de criação de uma identidade coletiva e consequente valorização da comunidade a que se associa. Apesar de por várias décadas após o seu encerramento a Panificadora de Vila Real não ter sido sujeita a uma classificação oficial, por via do esforço e interesse de alguns estudantes de arquitetura bem como outros cidadãos conscientes do valor arquitetónico deste edifício, durante o presente ano de 2017 deu-se início a um processo de avaliação que possa, hipoteticamente conduzir à tão desejada classificação patrimonial, que inevitavelmente, se tornará num fator de valorização cultural e social da cidade e região.

¹ Define-se este balizamento temporal aceitando o que Ana Tostões expôs no artigo “Sob o Signo do Inquérito”. In IAPXX – *Inquérito à Arquitectura do século XX em Portugal*, pp. 17-36

O conceito de património tem vindo a sofrer alterações sucessivas², que numa tentativa constante de se tornar um pouco mais abrangente e mais focada nas particularidades dos edifícios por qualificar, tem dificultado os processos de qualificação, levando até a que se tornem limitados e condicionados aos poucos meios ao dispor. Posto isto, receia-se que, como em muitos casos anteriores, a classificação patrimonial do edifício em estudo se torne vaga ou redutora, que não se proceda a um entendimento aprofundado do carácter e da sua qualidade arquitetónica indiscutível, do valor histórico, social e urbanístico que lhe é atribuído. Muito devido ao valor representativo que constitui para a memória coletiva da cidade, bem como a carácter particularmente moderno que introduziu e permaneceu, legitima a total conservação e classificação patrimonial da Panificadora de Vila Real. Contudo, e mesmo existindo um reconhecimento do inegável valor que esta obra possui, a população da cidade não revê a urgente necessidade de preservação desta, do mesmo modo que a reconhece como sendo uma ruína de uma simples fábrica desativada.

Tendo a arquitetura do movimento moderno influenciado toda a produção arquitetónica dos tempos que se seguiram tornou-se, em especial no panorama português, alvo de difícil entendimento e aprovação, provavelmente muito devido a um certo distanciamento temporal substancial. Apesar de várias entidades tais como o IGESPAR, a Fundação Do.co.mo.mo, entre outras, se esforçarem incessantemente em conservar e documentar em especial edifícios da Arquitetura do Movimento Moderno, ainda se terá de percorrer um longo percurso até que se salvasse eficazmente este património. Esta questão relativa à proteção de um edifício de reconhecido valor arquitetónico transporta-se claramente para o caso particular da Panificadora de Vila Real, especialmente por se tratar de um edifício de programa industrial. Contrariamente a outros programas aos quais está inerente uma continuidade de uso (em especial o caso da habitação), o programa industrial parece ser um fator de inevitável declínio de um edifício, muito devido à sua especificidade espacial e conotação um pouco depreciativa que adquire. Os rápidos processos de transformação e reformulação aos quais as cidades estão sujeitas, proporcionam que os edifícios de programa industrial se tornem, repentinamente, obsoletos e alvo de outros interesses assentes em questões de valorização económica e especulação imobiliária.

Tal como no caso da Panificadora de Vila Real em que o próprio edifício foi aglutinado a uma área de constante mutação, urge a necessidade de demonstrar uma intenção de preservação e continuidade deste edifício, em muito devido ao facto de nele estarem reunidos vários problemáticas que possibilitam várias e entrosadas reflexões: conservação patrimonial; valorização e entendimento de programas industriais; o entendimento do edifício “Moderno”; relevância para a cidade, quer a nível urbanístico, quer na construção social e memória coletiva da mesma.

² CHOAY, Françoise – Alegoria do património, p. 12

Deste modo, este trabalho aponta em especial em dois sentidos: reconhecimento e proposta de atuação. Ao iniciar um processo de reconhecimento do objeto que é alvo de estudo, inevitavelmente se conduz à divulgação de um edifício de vaga memória, mas de profunda relevância no panorama da arquitetura do movimento moderno em Portugal. De todas as problemáticas que vão surgindo, torna-se necessário que se aglutinem de modo a entender quais as potencialidades que este edifício possui, para que de um modo mais legítimo e fundamentado se possa propor e equacionar uma alternativa plausível e passível de ser aplicada, de modo a garantir que esta obra seja devidamente preservada, recorrendo a um processo de reabilitação da mesma, para que se venha, hipoteticamente, a tornar num espaço de interação pessoal e profissional, bem como de lazer e exposição, assegurando a sua continuidade no quotidiano de cada habitante, podendo até adquirir um caráter de “praça pública interior”.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

MOVIMENTO MODERNO EM PORTUGAL

Tendo em conta o a data relativa ao início da construção do objeto de estudo em questão, 1965, podemos afirmar que, historicamente se encontra localizada na fase final do Movimento Moderno português, sendo assim crucial para uma análise e compreensão mais detalhadas da Panificadora de Vila Real, entender o processo de afirmação do Movimento Moderno em Portugal, o qual se pode afirmar compreender-se entre as décadas de 1920 a 1970³.

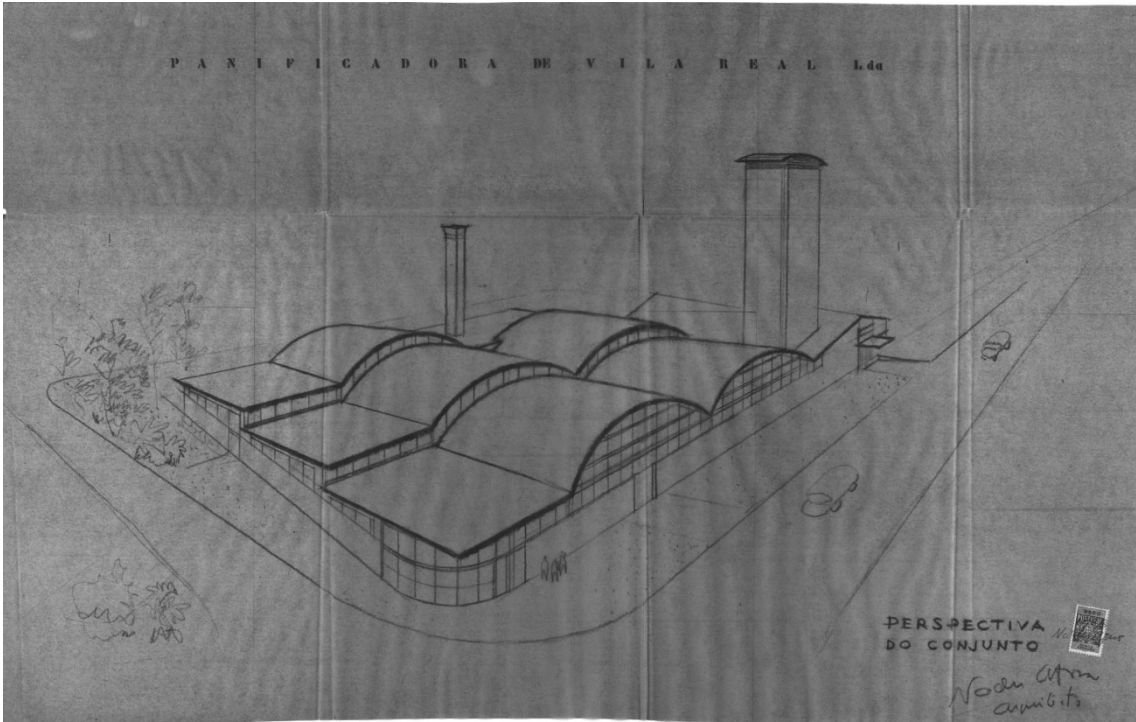
Os novos ideais e pressupostos que desde o final século XIX vinham surgindo um pouco por toda a Europa e que caracterizaram marcadamente a produção teórico-prática da arquitetura ao longo do século XX, tiveram um impacto e uma assimilação muito peculiar no território português, em muito devido à descontinuidade de pensamento e produção, resultando assim uma mescla que advém do confronto ideológico do regime à altura em vigor, um regime ditatorial e conservador, e os ideais modernos oriundos de uma Europa e um mundo em exponencial mutação.

Esse desenquadramento ideológico de Portugal, mais propriamente em ralação a uma Europa altamente industrializada teve como resultado uma absorção tardia e consequentemente descontextualizada. Podendo afirmar que a arquitetura moderna é a repercussão de uma sociedade com experiências de modernidade, com a abertura necessária aos novos modos e moldes de vida, com hábitos quotidianos que em todo se apoiam numa forçada rutura com a tradição, Portugal de acordo com a conjuntura social e política que viveu no decorrer de aproximadamente cinco décadas do século XX, estava ainda um pouco longe da estabilidade necessária para que estes ideais fossem fomentados e concretizados. Sendo assim, o Movimento Moderno português adquire alguma particularidade não só devido ao seu surgimento tardio relativamente aos restantes países europeus, mas também por serem afincadamente demarcados vários períodos e posturas arquitetónicas distintas. De acordo com Ana Tostões, pode-se desmembrar o Movimento Moderno em Portugal, com relativa margem de erro em “três Modos”⁴ que se desencadearam ao longo de quase meio século de intervenções e experiências modernas.

Considera-se uma fase inicial, caracterizada por arquitetos de formação tendencialmente “clássica”, que entre as décadas de 20 e 30 procuram dar resposta aos novos desafios programáticos com novas soluções que decorrem dos novos métodos construtivos, tecnológicos e materiais que, entretanto, foram surgindo. Já ao longo da década de 40, estes mesmo arquitetos, mas sob a influência do regime do Estado Novo, são alvo de uma interrupção involuntária desse processo de assimilação e adaptação das ideologias e formas que o Movimento Moderno tenta

³ O balizamento temporal ao qual se refere o texto é definido com base na publicação levada a cargo pelo IPPAR que foi editada em 2004 intitulada “Arquitectura modernista em Portugal 1920-1970 com coordenação de Ana Tostões.

⁴ Ana Tostões utilizada esta expressão no artigo “Arquitectura moderna portuguesa: os três Modos” na publicação do IPPAR – Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920 - 1970, p.105



proliferar, para que sejam substituídas por uma arquitetura de caráter e linguagem forçadamente monumentalista, particularmente austera e com referências marcadamente historicistas e nacionalistas. Por fim, um terceiro período, em que uma nova geração de arquitetos, já quase que embebida sobre as ideias e avanços apresentados e debatidos no seguimento do 1º

Congresso Nacional de Arquitectura em 1948, surge com uma afincada vontade de romper com o culto da imagem monumental e tradicionalista promovida pelo regime, procurando defender uma retoma da produção assente nos ideais modernistas, que vão, por consequência, demarcar a década de 50 como uma fase de grande aproximação a esses ideais. Apesar dessa incessante procura pelo moderno, já na década de 60 assiste-se a uma aproximação do que se pode considerar o início da crítica ao movimento moderno, valorizando tendencialmente a identidade do local, técnicas e materiais relativos ao contexto em que se inserem as obras, tornando-se assim uma abordagem menos abstrata da prática da arquitetura. Este percurso deve ser assim entendido tendo em conta as dificuldades sentidas na tentativa de implementação destes ideais compositivos, estéticos e construtivos, dando como resultado um conjunto de fases caracterizadas por uma escassez de resultados, bem como alguma timidez das soluções apresentadas.

Deste modo, recomenda-se uma abordagem de caráter retrospectivo sobre o assunto, no sentido do entendimento mais preciso do contexto histórico, formal e principalmente ideológico em que se insere o edifício da Panificadora de Vila Real e que o classifica como património arquitetónico de relevância tanto para a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, como para o panorama do território português.

EFÉMERO MODERNISMO

No início do século XX, Portugal vivia um período de crescente instabilidade política, ideológica, social e económica, conhecida geralmente como Primeira República. Sucedendo a esta a implementação do regime ditatorial denominado Estado Novo que se prolongou por mais de quatro décadas, ambos estes sistemas de soberania nacional, que dominaram quase que na sua totalidade do século, constituíram um forte fator gerador de uma relativa resistência ao espírito moderno que os arquitetos insistentemente tentavam difundir. No entanto, a vontade de não ser continuamente ultrapassado por uma Europa em constante mutação, bem como a curiosidade e o gosto pela novidade, levou a que houvesse um esforço a nível político para que fosse garantida alguma estabilidade para que se tornasse possível o arranque de algumas obras que procuravam atualizar cultural e ideologicamente, ainda que com um certo desfasamento temporal.

Apesar da sua condição posicional e culturalmente periférica, em Portugal, fez-se ouvir a melodia do Movimento Moderno. Sente-se desde as primeiras décadas essa melodia, ainda que

1. Cine – Teatro Capitólio (1936) arq. Cristino da Sousa, Lisboa
2. Farmácia Vitália (1932) arq. Manuel Marques, Porto

desfasada e introvertida, mas que resulta nas primeiras manifestações do Movimento Moderno em Portugal, já no final dos anos 20, apelidadas pelos arquitetos Nuno Portas e Ana Tostões de “efémero modernismo”⁵. As obras públicas efetuadas pelo Estado Novo, vieram para muitos arquitetos como uma oportunidade evidente para aplicar, testar e comprovar os mais variados materiais e tecnologias que despontavam, entretanto, utilizando assim estas obras como modelos ou estaleiros de experimentação desses desenvolvimentos em prol de uma arquitetura maioritariamente de caráter racional e funcionalista. É durante esta fase que democratiza de um modo mais rápido a aplicação do betão armado como método estrutural de eleição. Muito para além de ser utilizado em edifícios de caráter industrial ou utilitário, inicia-se agora um processo de exploração deste material de modo a potenciar novas formas e resoluções. A arquitetura neste período “evolui no sentido de um despojamento formal, apoiado na valorização plástica da técnica, que constituirá a base de trabalho do nosso modernismo experimental.”⁶.

Nesta primeira geração, algumas figuras tais como Cristiano da Silva, Cassiano Branco, Jorge Segurado, Pardal Monteiro e Carlos Ramos, deparando-se com os novos programas que vão surgindo, procuram concretizar uma arquitetura marcadamente renovada a nível linguístico, “sem aprofundar o ideário do movimento moderno”⁷

No período que decorre entre as décadas de 20 a 30, o movimento moderno caracteriza-se especialmente pela adoção de um gosto formal que proliferava pelo mundo da arquitetura, sem necessariamente integrar os princípios ideológicos que sustentavam o movimento acima referido, que considerava, acima de tudo, a arquitetura como uma prática com função social. De acordo com José Manuel Gonçalves, esta primeira fase caracteriza-se por uma produção baseada “numa ação experimental pouco articulada com o debater teórico realizado na Europa”⁸. A débil situação quer ao nível técnico, quer ao nível cultural do contexto político-social português, criou limitações significativas, levando a que os arquitetos estivessem então circunscritos a questões que passavam maioritariamente pela materialidade, simplificação formal e a ausência de decoração, tentando que estes elementos constituíssem um diálogo ou atitude moderna, ou seja, não respondendo claramente às necessidades do novo modelo social que a produção europeia tencionava perpetuar.

O afastamento referido acima não só é resultado da proximidade da formação destes arquitetos às “Beaux-Arts”, mas também da relação que, entretanto, tinham estabelecido com o poder político vigente, tendo como consequência a materialização de obras marcadamente formalistas, verificando-se assim que a aplicação ou não de uma expressão modernista era simplesmente uma questão de linguagem⁹. Assim, os autores modernistas desta geração,

⁵ TOSTÕES, Ana – Moderno e nacional na arquitectura portuguesa: A descoberta da Modernidade Brasileira. In PESSÔA, José [et al.] – Moderno e Nacional, p.102

⁶ TOSTÕES, Ana – Em direcção a uma estética industrial: Zeitwill ou vontade de modernidade. In BRAÑA, Celestino; LANDROVE, Susana; TOSTÕES, Ana – A arquitectura da indústria 1925 – 1965 – Registo DOCOMOMO ibérico, p.66

⁷ TOSTÕES, Ana – Moderno e nacional na arquitectura portuguesa: A descoberta da Modernidade Brasileira, [op. Cit.], p.104

⁸ Ibidem, p.113

⁹ Ibidem, p. 86

Fotos de Diário de notícias e
Armazém Frigorífico Porto

desenvolveram um trabalho maioritariamente confinado ao nível das fachadas, como por exemplo, em espaços destinados a restauração ou venda ao público, em que é evidente o depuramento decorativo sem que seja acrescentada qualquer valorização espacial significativa – excetuando o caso do Cine-Teatro Capitólio do arquiteto Cristino da Silva. Sendo assim, pode-se afirmar que as mais icónicas formas e soluções espaciais, tais como as bow-windows, a marcação da horizontalidade ou mesmo a inclusão de torres como elemento equilibrador compositivo, são uma consequência de uma síntese entre uma tendência pela simplicidade decorativa e a possibilidade de economizar construtivamente através da aplicação dos novos materiais e técnicas desenvolvidos. Esta primeira fase, claramente de adaptação e interpretação dos novos ideais modernistas, pode-se considerar como sendo “mais um estilo disponível”¹⁰, isto é, mais do que uma necessidade de carácter renovador, apresenta-se como uma opção meramente formal e caprichosa.

Estas novas linguagens, bem como a implementação dos novos princípios formais modernistas, tiveram especial expressão nas principais cidades do país (Porto e Lisboa), decorrendo maioritariamente de investimento privado para programas públicos, onde se iniciou a exploração dos novos princípios formais modernos, especialmente pela diminuta pressão das imposições políticas, permitindo que fossem desenvolvidas obras com uma expressão modernista mais determinada e incisiva.

No entanto, esta era uma representação diminuta comparativamente às encomendas que continuavam a aplicar vários códigos de rigor, visto as solicitações advirem maioritariamente do Estado, que por sua vez, exigia propostas focadas numa imagem de carácter monumentalista, contribuía para que este processo se tornasse bastante contido.

Desde o início da implementação de uma política fomentadora de construção de obras públicas, nos finais da década de 30, e com a aproximação da que viria a ser a Exposição do Mundo Português (1940) tornam-se ainda mais evidentes as imposições estatais em questões formais e conceptuais das propostas. Tendo sempre como intuito exalar o seu poder, procurou-se renunciar por completo às experiências mais modernas que vinham a ser desenvolvidas nesta primeira fase, tomando por opção propostas de arquitetura com um vocabulário historicista e austero, demarcando o sentimento nacionalista que o regime ditatorial tentava promover.

Este período definitivamente orientado às tendências historicistas na arquitetura, é comum aos vários países que à data se encontravam sobre um regime autoritário (Alemanha, Espanha, Itália), bem como a outros territórios que procuravam as suas raízes tradicionais.¹¹ A acima referida exposição acabou por ser um modo de propaganda estatal de exaltação celebrativa do regime, tentando deste modo representar o entusiasmo português, e a exaltação dos seus feitos

¹⁰ TOSTÕES, Ana – *Arquitectura moderna Portuguesa: Os três Modos*. In TOSTÕES, Ana [et al.] – *Arquitectura moderna portuguesa: 1920-1970*, p. 110

¹¹ TOSTÕES, Ana – *Sob o Signo do Inquérito*. In IAPXX – *Inquérito à Arquitectura doséculo XX em Portugal*, p.24

Fotos de União elétrica Portuguesa da Coima

Foto de Cinema Batalha

históricos e valores da nação, expondo uma imagem de ordem, poder e soberania com repercussão internacional. Constitui assim, um período de relevante investimento quer ao nível construtivo dos edifícios propostos, quer ao nível da propaganda, resultando numa proliferação desta arquitetura de caráter monumental um pouco por todo o território, onde se assistiu especialmente nos distritos do interior, com escassos recursos económicos, à exploração de um regionalismo rural, muito concentrado nos hábitos, costumes, materiais e técnicas desde sempre aplicadas. É então no final desta década que se encontram quase que extintas as “possibilidades de continuidade para este ‘efémero’ ciclo modernista”¹², dando então início a um período de produção arquitetónica muito influenciado por pressupostos e intenções maioritariamente internas.

APROXIMAÇÃO AO SONHO MODERNO

O facto de a década de 40 ter sido marcada pela 2ª Guerra Mundial, apesar de não ter uma participação ativa no referido evento, tornou-se um fator essencial para que Portugal se isolasse do contexto internacional, resultando por isso numa necessidade crescente de investimento estatal no mercado interno. Com a ascensão e consequente queda dos regimes fascistas europeus, o Estado Novo procura enveredar por uma nova perspetiva política que, procura assegurar a estabilidade e transparecer a ideia de um país modernizado, confiante da sua construção e no seu futuro, investindo por exemplo, em obras que possibilitassem a eletrificação do território português bem como em infraestruturas e indústrias modernas de consideráveis dimensões.

É nesta renovação de atitude que permitiu abrir um pequeno espaço, que se tornou fulcral para a afirmação do Movimento Moderno. No seguimento destes acontecimentos, a realização do I Congresso Nacional de Arquitectura em 1948, marca um ponto de viragem relevante para uma nova geração do pensamento arquitetónico português. É neste primeiro congresso, que funcionou como meio de debate da arquitetura praticada até então, bem como nas colónias ultramarinas portuguesas, que se encara a necessidade de remodelar a postura relativa às intervenções vindouras, procurando que seja mais referenciada à arquitetura internacional, que vinha a ser explorada pelos vanguardistas europeus já desde a década de 20, assente na ideia de um mundo industrializado associado a uma maior concertação social.

A nova geração de arquitetos modernos formada maioritariamente nos ateliers da primeira geração anteriormente referida, surge agora como propulsora, na tentativa de acrescentar valorização teórico-prática aos processos projetuais anteriores. “Ao desejo de não deixar de fazer em moderno substituíam-se cada vez mais a impossibilidade de fazer qualquer outra coisa que não o moderno”¹³.

¹² TOSTÕES, Ana – Sob o Signo do Inquérito. In IAPXX – [op. Cit.], p.23

¹³ BANDEIRINHA, José António – Quinas Vivas, p.123

Foto do Mercado do Bom sucesso

Foto do bairro das estacas

Foi neste momento organizações tais como as ICAT (Iniciativas Culturais Arte e Técnica Lda.) e os ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos), vieram a desempenhar um papel relevante na reconquista da uma liberdade de expressão dos arquitetos para uma alteração de mentalidade face à arquitetura moderna.

As ICAT, dinamizadas por Keil do Amaral, surgem em Lisboa em 1946, tendo como principal foco a divulgação da arquitetura moderna através da revista *Arquitectura*, que procura deste modo uma “renovação dos conceitos e uma procura comum entre as várias artes e era constituído por diversos artistas e arquitectos que tinham preocupações menos disciplinares e ideológica e política”¹⁴

O ODAM surge posteriormente na cidade do Porto, em 1947, tendo sido constituída por membros das mais variadas áreas da Escola de Belas Artes do Porto, destacando-se Arménio Losa, Cassiano Barbos, Mário Bonito, Viana de Lima e Fernando Távora. Procuraram contestar as estipulações associadas ao exercício da profissão, bem como um espaço para adotarem em pleno os cânones do Movimento Moderno, fortemente influenciados pela linguagem despojada e de relativa austeridade experienciadas em alguns pontos da Europa central, principalmente pela figura de Le Corbusier. São estes arquitetos que na prática e teoria, vão procurar não só assumir, mas também concretizar propostas e soluções antropomórficas e de relevância para a estrutura social e comum, utilizando até a prática da arquitetura, focada principalmente na problemática habitacional, da industrialização do país e da intervenção na escala da cidade e do território, como parte da solução para a crise social que se atravessava.

É neste período que se assiste a uma certa “indiferença” por parte do governo perante o aparecimento das primeiras intervenções modernistas, pois desta forma, conseguiria transparecer a ideia de um regime com maior abertura política, preocupação social e preparado para acompanhar as correntes culturais europeias. Os arquitetos portugueses atentos às experiências realizadas fora do país, principalmente as grandes obras e infraestruturas em crescente realizadas em território brasileiro, começam a ganhar alguma liberdade de expressão para que possam aplicar os princípios funcionalistas experienciados e aplicados por Le Corbusier, pelos CIAM e até mesmo incluir alguns elementos do vocabulário que se propaga no Brasil, dando início a um processo de libertação de regionalismos e de uma arquitetura de regime.

Através dos modelos importados durante a década de 50, procurava-se realizar uma renovada percepção estética e espacial. Assim, a organização funcional e a racionalidade construtiva revelaram-se estruturantes, não só na materialização do edifício, mas também na aplicação ao desenho de cidade. É à escala citadina que os arquitetos iniciam um processo que pretende incorporar preocupações higienistas de libertação do solo e da pertinência da correta exposição solar. Existe uma procura afincada da modulação como elemento gerador quer a nível

¹⁴ ROSA, Edite – ODAM: valores modernos e a confrontação com a realidade produtiva, p 42

foto da casa de ofir

Foto da Casa de chá da boa nova

foto do instituto Gulbenkian

estrutural quer construtivo, tendo como resultado uma composição plástica que podia variar entre as fachadas de edifícios isolados, como a repetição em larga escala de um bloco habitacional, *standard*,¹⁵ por completo.

A proliferação de novas unidades programáticas de larga escala tais como, cinemas, mercados, hotéis, etc., foram elementos de exploração e aplicação de nas soluções espaciais resultantes da produção modernista. Assintem-se também à modernização de equipamentos públicos, como escolas, tribunais ou centrais de correios, bem como equipamentos universitários ou desportivos.

À semelhança das experiências efetuadas na fase anterior, é nas cidades mais afastadas do poder administrativo, principalmente no Porto, por larga influência da encomenda privada, que se levaram a cabo as primeiras demonstrações de rutura, demonstrando interesse na modernização e aplicação das novas linguagens arquitetónicas. Este posicionamento, não só pelo afastamento espacial e ideológico da pressão estatal, constituiu-se, definitivamente, como uma mais-valia, também em muito alicerçada na coesão vinda de uma aprendizagem em estruturas de atelier e reforçada também por uma formação académica comum na Escola de Belas Artes do Porto¹⁶.

Na década de 40, principalmente com a entrada de Carlos Ramos, esta escola inicia uma fase de contestação dos ensinamentos Beaux-Arts procurando uma abertura cultural aos ensinamentos modernos, proporcionando assim aos estudantes uma formação académica mais liberal.

Nadir Afonso, arquiteto da Panificadora de Vila Real, é contemporâneo deste momento de fervilhação ideológica, influenciando a sua postura perante a arquitetura, revelando-se bastante importante compreender a presença da formação na Escola de Belas Artes do Porto, bem como da influencia dos mestres Le Corbusier e Oscar Niemeyer, no desenrolar da sua obra.

DO TRADICIONAL À ARQUITETURA DE AUTOR

Tendo em conta que já no início da década de 50 se verifica uma postura crítica perante o Movimento Moderno no panorama internacional, procura-se colocar de parte a tábua rasa promovida principalmente pela Carta de Atenas, inicia-se um processo de aproximação a propostas arquitetónicas que visam uma proximidade à resolução de problemáticas mundanas e debilidades sociais, muitas vezes por via da valorização de processos e ideais tradicionais e locais. A euforia sentida durante o período em que se tentaram implementar os princípios da arquitetura moderna em território português, levada a cabo pela geração de arquitetos referidos na fase anterior, é confrontada com o enclausuramento da liberdade criativa imposta no processo de conceção arquitetónica, que desde sempre teve como objetivo principal alcançar novas e melhores resoluções em prole de um coletivo social. A partir deste momento, surge então a necessidade de adaptação ao real contexto português, ou seja, um país predominantemente rural, com atrasos

¹⁵ TOSTÕES, Ana – Sob o Signo do Inquérito. In IAPXX – [op. Cit], p.26

¹⁶ ROSA, Edite – op. Cit, p. 47

Foto de edifícios da barragem do Picote

Foto de edifícios da barragem de bemposta

Foto de edifícios da barragem de miranda

significativos ao nível social, cultural e industrial. Deste modo, principalmente no decorrer da década de 50, inicia-se uma fase de apreciação que procura a aproximação de elementos identificativos da contextualização e referências locais¹⁷.

Esta fase apresenta assim um amadurecimento do momento de expansão da liberdade criativa referida anteriormente, procurando adaptar por via de uma visão mais concreta e realista os pressupostos modernos, revelando uma acrescida preocupação com o local, bem como com os materiais e o contexto envolvente em que as propostas se inseriam. Demonstra-se uma intenção de conciliação entre a arquitetura moderna e os pressupostos que identificavam a arquitetura tradicional portuguesa. Em boa verdade, não resultou numa confrontação radical entre as duas posturas antagónicas, pois a tendência integradora de identidade, revelou-se uma constante na arquitetura portuguesa. As questões associadas à tradição construtiva atravessaram, desde os inícios do século XX, na sua generalidade, a conceção arquitetónica portuguesa, muito por causa da pressão exercida pela longa história, associada a uma mentalidade marcadamente conservadora, constitui portanto um meio dificultador da tentativa de implementação das várias ideias e teorias de tendência experimentalista do arquiteto suíço Le Corbusier, encaminhando a debandada moderna portuguesa a uma especificidade bastante variável.

Nos finais da década de 50, já mais aproximado ao que se constatava na realidade europeia, em Portugal aposta-se numa apreciação crítica sobre a abordagem que o carácter massificador que o Estilo Internacional¹⁸ impunha, bem como à tendência dogmática presente na Carta de Atenas, pretendendo desta forma manifestar uma maior atenção social sem impor moldes organizativos e estruturais de carácter radicalmente renovador. Procurou-se um retorno ao realismo, tal como uma maior valorização da história e da tradição, na tentativa de evitar a proliferação indiferenciada de objetos arquitetónicos modernamente estilizados.

Porto isto, dá-se início em 1955 ao Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (tendo sido publicado somente em 1961), tornando-se um elemento charneira entre o internacional e o local. Aqui, procurou-se afirmar que a arquitetura tradicional portuguesa seria um conjunto variados de soluções formais e conceptuais, tanto quanto as varias regiões que compõem o território. Esta abordagem subentende um afastamento aos formalismos propostos pelo Estilo Internacional, tendo em conta a criação de novas espacialidades que permitissem ao seu habitante um contacto mais próximo com o meio em que se insere. É neste contexto, que acaba por surgir uma tendência experimental, principalmente ao nível do contraste de vários materiais, texturas e cores, para que, de certo modo, não se perdesse a identidade do lugar, sem nunca deixar de expressar uma atitude moderna, especialmente ao nível da conceção da planta e da volumetria.

¹⁷ TOSTÕES, Ana – Sob o Signo do Inquérito. In IAPXX – [op. Cit], p.2+

¹⁸ Denominação que Henry-Hussel Hitchcock atribuiu à arquitetura de carácter funcionalista que proliferou na primeira metade do século XX, na sequência da Exposição Internacional da Arquitetura Moderna no MOMA (Museum of Modern Art de Nova Iorque).

Foto de conjunto panificadora

Nasce assim, um pouco à semelhança do ocorrido no período Manuelino português, uma equalização da produção arquitetónica nacional ao contexto internacional seu contemporâneo. Já na segunda metade da década de 50, surgem alguns edifícios no decorrer do Aproveitamento Hidroelétrico do Douro Internacional, que constituíram o que certamente se pode considerar a mais relevante “manifestação da modernidade que até hoje vi em Portugal”.¹⁹ Estes complexos, localizados no nordeste transmontano, tais como: Picote (1954-1961), Miranda (1955-1960) e Bemposta (1972-1976); foram realizados por várias equipas de arquitetos, liderados por João Archer de Carvalho, Nunes de Almeida e Rogério Ramos, arquitetos estes formados na escola de Belas Artes do Porto. Adotaram, em especial, alguns princípios conceptuais e formais do Movimento Moderno, tendo sempre em atenção o impacto paisagístico, e principalmente uma revalorização da arte e da sua inclusão nos objetos arquitetónicos.

No decorrer deste processo de tentativa de realizar o sonho moderno, surge já na região do Alto Douro, a Panificadora de Vila Real. Tendo sido contruída entre o mês de Junho de 1965 e o dia 7 de outubro de 1966, situada razoavelmente afastada dos grandes centros urbanos nacionais, representa uma miscelânea de influências que o próprio arquiteto Nadir Afonso, importa e absorve tanto do contexto sociocultural de Portugal, como proveniente da sua experiência internacional, como podemos verificar mais adiante. O autor entende que a arquitetura pode ultrapassar as barreiras do que se vem estipulando. Assim se pode afirmar como a confluência de intenções, experiências e relações que tornam o processo que engloba a conceção e a materialização arquitetónica, em momentos de singular apreciação e modificação da paisagem.

Essa pluralidade de influências e referências que se vem a constatar torna-se uma constante no panorama nacional, levando a que decorra uma aceitação da inexistência de um estilo ou corrente ideológica predominante, dando espaço para que surja uma arquitetura de autor. Torna-se evidente que, a cultura arquitetónica portuguesa progride para uma individualização do processo criativo, resultando assim na afirmação de linguagens variadas e simultâneas, podendo mesmo afirmar, que este momento se constitui como um marco finalizador de um caráter absoluto e unitário do movimento moderno em Portugal, lançando as premissas necessárias para que se desencadeie a implementação de ideais e pressupostos pós-modernistas.

¹⁹ COSTA, Alexandre Alves – A modernidade como Valor Absoluto. In CANNATÁ, Michele; FERNANDES, Fátima, coord – Moderno escondido: a arquitectura das centrais hidroelétricas do Douro, 1953 – 1964: Picote, Miranda; Bemposta, p 10

O ARQUITETO NADIR AFONSO

FOTO DE NADIR AFONSO

Tendo se tornado uma das mais influentes e determinantes figuras do panorama artístico português e internacional do século XX, as referências a Nadir Afonso como arquiteto não são tão notórias nem exploradas, mesmo que esta tenha sido a profissão em qual se formou e dedicou uma porção significativa da sua vida, não atingindo, no entanto, a notoriedade e a influência comparativamente a alguns arquitetos seus contemporâneos. Reitera de um modo constante que nunca se sentiu verdadeiramente arquiteto, constituindo a pintura, por outro lado, a sua eterna paixão. Apesar da distância emocional expressa relativamente à arquitetura, adquire uma formação e um percurso laboral notável, tendo colaborado diretamente com arquitetos tais como Le Corbusier e Óscar Niemeyer, resultando numa particular atenção à concetualização das suas obras, onde se pode verificar no objeto de estudo, a Panificadora de Vila Real.

AVENTURA ACADÉMICA E INTERNACIONAL

Nadir Afonso Rodrigues nasceu na cidade de Chaves a 4 de dezembro de 1920, no lar, à altura, que pertencia à sua família, localizada na Rua dos Codeçais. A paixão que desde novo demonstra pela pintura, encaminha Nadir por uma experiência formativa na Escola de Belas Arte na cidade do Porto. Na altura, com alguma ingenuidade e inexperiência, cometeu um “autêntico desastre” como ainda recentemente o autor apelidava, que alterou para sempre a o seu percurso, visto ter optado por seguir o aconselhamento dado pelo funcionário que se encontrava na secretaria da escola aquando da sua inscrição na formação de pintura:

Assim, em 1938, Nadir inicia o seu percurso académico na Escola de Belas Artes no Porto num momento de particular relevância, pois é precisamente nesta fase, que se inicia profundas alterações na abordagem ao ensino, tanto na EBAP como em Portugal. Muito devida à entrada do arquiteto Carlos Ramos na anteriormente referida escola, muito influenciado pelos procedimentos pedagógicos de Walter Gropius, induz uma particular liberdade e pluralidade até à altura não experienciada. Surgiu a oportunidade aos alunos de concretizar e analisar novas opções formais, fomentando especialmente o contacto próximo com a prática profissional ao longo da formação. Pode-se mesmo afirmar que Nadir Afonso ingressa na EBAP exatamente no momento em que lhe é implementado o espírito moderno.

Apesar de se formar como arquiteto, manteve a sua postura de pintor, que intimamente era, tendo-lhe causado vários dissabores ao longo da sua formação, especialmente no confronto criado com algumas regras académicas. De modo irreverente, e como que se de um quadro ou obra para ser apreciada se tratasse, tinha “o desplante de colocar o estirador na vertical”²⁰, atitude

²⁰ SANTOS, Agostinho (coord.) – op. cit., p.29

Carta de corbusier a nadir

que resultou numa completa desaprovação e penalização por parte dos docentes e mesmo pelo arquiteto Carlos Ramos, que procurou convence-lo insistentemente em dedicar-se à arquitetura. Ao longo da sua formação na Escola de Belas Artes no Porto envolveu-se em alguns movimentos, grupos intelectuais e artísticos, utilizando-os como plataformas de partilha de ideais e objetivos. Entre esses grupos podem-se destacar “Os Convencidos da Morte”, que se tornou um pouco mais tarde nos “Independentes”, onde Nadir contribuiu com variadas obras de pintura de um espírito claramente moderno e de qualidade inquestionável. Os “Independentes”, grupo ao qual pertenciam arquitetos como Carlos Ramos e Fernando Távora, procuravam sobretudo reunir individualidades de formações diversas, com o objetivo de difundir livremente as suas práticas, funcionando como uma escapatória aos dogmas e à parametrização da produção artística.

Já em 1945, Nadir parte para uma nova aventura, desta vez em Paris, uma cidade que, à época, representava o centro artístico europeu, tendo-se deparado assim com inúmeras oportunidades de se dedicar intensivamente à pintura²¹, ainda antes da defesa do Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitetura (CODA). Parte de um país onde, na sua maioria, os seus ideais modernos não eram absorvidos ou mesmo compreendidos. Enquanto isto, os seus colegas de formação que por sua vez permaneciam em Portugal, fundaram o grupo denominado ODAM²², em 1947, procurando relançar uma nova década de produção arquitetónica fundamentalmente baseada em princípios defendidos pelo movimento moderno.

Durante a sua estadia afastado das suas raízes, o arquiteto Nadir Afonso dá início ao que viria a ser a sua mais prestigiosa e notável fase da sua carreira. Recém-chegado a Paris, em 1945, depara-se com um meio artístico extremamente exigente. Conhece alguns intervenientes desse mesmo meio, bem como espaços de exposição que, contrariamente ao esperado por Nadir, demonstram-se pouco recetivos ao seu trabalho. Deste modo, e para garantir a sua subsistência, procura e acaba mesmo por integrar o reconhecido atelier ATBAT, liderado pelo arquiteto Le Corbusier.

Este organismo era constituído por uma equipa multidisciplinar que recorria à investigação com o objetivo exemplar de otimização de métodos construtivos e economia de recursos na conceção do projeto, conseguindo assim uma inovadora aproximação entre as várias áreas de abordagem ao projeto arquitetónico. Nadir viu-se assim em contacto com a complexidade inerente aos projetos de arquitetura e urbanismo e da gestão de uma equipa tão multidisciplinar. Dos vários indivíduos pertencentes à equipa de trabalho, Nadir aproxima-se especialmente de três colaboradores: Iánnis Xenákis, André Wogenschy e Georges Candilis, com quem acabou por trabalhar mais tarde.

Sem nunca menosprezar a sua paixão pela pintura, é neste espaço de trabalho que são criadas oportunidades de contactar pessoalmente com alguns dos melhores artistas da época tais

²¹ CEPEDA, João Silva – op. cit., p.27

²² ROSA, Edite – op. cit., p. 43

Foto da perspectiva da unidade de habitação de marseille

como por exemplo: Pablo Picasso, Fernand Léger, Max Ernst; tendo, definitivamente, marcado e redirecionado Nadir que ainda se encontrava na procura de uma clarificação da sua arte.

É durante a sua estadia neste atelier que Nadir Afonso se envolve em vários projetos relevantes para o panorama internacional e que perduraram como referência experimentalista, tais como a Unidade de Habitação de Marselha, uma das obras de larga escala mais inovadoras de Le Corbusier. Por entre os vários desenhos executados, é da sua autoria uma das mais notáveis perspectivas da unidade habitacional acima referida. Também é importante referir a sua colaboração na elaboração do complexo industrial de manufaturas têxteis “Claude et Duval”, em Saint-Dié, pois este projeto constituiu uma notável tendo em conta que foi uma das obras em Le Corbusier conseguiu reunir muitos dos ideais e teorias que vinha a desenvolver, nomeadamente a aplicação do Modulor, um sistema de proporção aplicável à arquitetura, que tendo como modelo de referência o corpo humano, integra uma geometria definida pelas potencialidades do número e da razão áurea, que por sua vez “assegurariam a resposta à diversidade de escalas”²³. Sendo este um dos edifícios em que Nadir participou mais ativamente, optou por escolhê-lo como caso de estudo para a sua prova de CODA, que viria a entregar na Escola de Belas Artes no Porto em 1948. Todo o processo que envolveu a prova anteriormente referida foi alvo de várias críticas e controvérsia. De tema já por si provocatório, “A Arquitectura não é uma Arte”, era também uma das primeiras teses elaboradas fora do território português e principalmente por integrar trabalhos realizados com Le Corbusier. Nadir, utiliza assim o caso prático da fábrica de Saint-Dié para apresentar as razões pelas quais a conceção arquitetónica, antagonicamente à pintura, não o satisfaziam completamente.

Depois de uma breve estadia em Portugal, onde colabora fugazmente com alguns antigos colegas de formação como, Fernando Lanhas e Fernando Távora, retorna a Paris, em 1950, para iniciar uma nova fase no atelier de Le Corbusier. Nesta fase, Nadir coopera ativamente nas investigações derradeiras acerca do Modulor, tendo adquirido uma grande capacidade nos processos de conceção das proporções, do diálogo geométrico e da aplicação de conceitos que mais tarde viria a aplicar nas obras de arte que mais tarde acabaria por desenvolver.

Em 1951, o amigo Manuel Machado oferece a Nadir Afonso uma proposta de trabalho no Brasil, que após aprovação tem como consequência inevitável o fim da sua colaboração no atelier de Le Corbusier, desta vez, para integrar uma nova e irreverente equipa em ascensão, liderada pelo arquiteto Óscar Niemeyer. Neste novo atelier, Nadir depara-se não só com duas diferenças significativas: o número reduzido de intervenientes em todos os processos e a relação distanciada entre o arquiteto responsável e os colaboradores. Em 1954, Niemeyer convida Nadir a dirigir a sucursal do seu atelier na cidade de São Paulo, tendo como responsabilidade principal a coordenação de todos os processos relativos ao projeto da Exposição Comemorativa do IV

²³ TOUSSAINT, Michel – Nadir Afonso e a arquitectura, [op. Cit.], p 32

ibirapuera

Foto do projeto de um teatro giratório

Centenário de São Paulo, a ser concretizada no Parque Ibirapuera. Apesar de formalmente complexo e arrojado, esta obra constituiu uma referência da arquitetura moderna brasileira, mas devido ao seu prolongado processo de construção, Nadir não chega a acompanhar este projeto na sua totalidade, tendo voltado para Paris já no final do ano de 1954. Durante esta breve estadia pelo Brasil, Nadir Afonso presenciou um período de grande exploração do movimento moderno neste país, a nível formal e conceptual, quer em edifícios isolados ou em grandes projetos urbanos.

Relativamente ao arquiteto Óscar Niemeyer refere-se como alguém “que tinha um sentido da composição plástica fora de série. Tinha, por outro lado, a qualidade de saber relacionar a função com a forma, conseguia articular as duas coisas de uma maneira magistral. Era único”²⁴.

Retornando a Paris, procura integrar a comunidade artística local e se aproximar de personalidades pertinentes no panorama internacional seu contemporâneo, tais como Victor Vasarely ou Marcel Marceau, acabando por desenvolver conjuntamente algumas investigações e experiências na agora recém apreendida arte cinética. Por razões de subsistência, volta a conciliar a sua produção artística com a prática da arquitetura, desta vez no atelier do seu conhecido colaborador do ATBAT, Georges Cadilis. É durante esta experiência, que Nadir se aproxima de da elaboração de projetos urbanos, de maior escala, participando especialmente nos planos de extensão da cidade de Bagnols-sur-Cèze e Balata (1959).

Retornando a Portugal, volta a instalar-se na sua cidade natal, Chaves, que acaba por se tornar no contexto urbano que mais absorveu a maior parte da obra de Nadir Afonso enquanto arquiteto, por conta própria. É nesta região de Trás os Montes que desenvolve uma prática arquitetónica, quer em programas habitacionais ou equipamentos, de dimensão reduzida tendo em conta a vasta experiência acumulada em grandes centros urbanos, que seguramente lhe ofereceriam mais oportunidades de exploração e aplicação das competências desenvolvidas.

Inicialmente, em projetos como o projeto para um teatro “rotativo”, em 1957, e do concurso para o Monumento ao Infante D. Henrique, em 1955, é evidente ainda uma influência radicalmente moderna, onde se destaca o contraste evidente entre os elementos que procuram uma horizontalidade expectante e as formas e espacialidades experimentalistas, claras e rigorosas. O mesmo não se verifica nas obras realizadas posteriormente, que por sua vez, procuraram uma aproximação ao contexto marcadamente tradicional do nordeste transmontano, quer a nível formal, quer a nível de composição programática e da conjugação de texturas e materiais, não procurando assim uma linguagem ou estilo predominante. Contrariamente ao que seria esperado, após uma longa experiência internacional, a arquitetura de Nadir em território português, é um retrato evidente da fase crítica e de abordagem experimentalista vivida na que é considerada a fase final da arquitetura moderna portuguesa. Apesar do afastamento emocional à prática da arquitetura que Nadir tanto reitera, não deixa de desenvolver investigações e abordagens mais

²⁴ BANDEIRINHA, José António – Quinas Vivas, p. 123

Foto da casa da habitação da Madalena

críticas, que tentam inevitavelmente recorrer a ideais e pressupostos tradicionalistas e que construísem uma identidade social. É como resultado disto, que se entende como algumas experiências modernas se tornaram permeáveis ao contexto rural em que se inserem, surgindo como exemplo claro desta abordagem a capela de Nossa Senhora de Fátima, construída em 1962.

Esta obra reúne em si uma conceção espacial claramente moderna, antropocentrista, que procura uma atmosfera de reunião e igualdade, em que o arquiteto explora um espaço de culto a uma divindade sem recorrer a normativas gerais da construção dos edifícios cristãos, onde geralmente se verifica uma estrutura marcadamente axial. No entanto, recorre a métodos construtivos mais próximos dos utilizados no meio rural em que se insere, bem como a utilização de elementos evidentemente reveladores do programa a que o edifício se destina.

Também na elaboração de alguns projetos habitacionais se pode constatar essa experiência integradora da tradição e modernidade: a depuração decorativa e volumétrica é substituída por revestimentos em alvenaria leve de pedra, coberturas de várias águas revestidas a telha de argila, rematadas inevitavelmente por elementos marcadamente horizontais, que advêm de uma composição de fachada tendencialmente abstrata, de volumetrias simplificadas não deixando de recorrer ao uso ponderado e específico de cor.

A arquitetura de Nadir Afonso destaca-se principalmente pela rigidez e pureza de pensamento influenciada pela sua colaboração com Le Corbusier, e por uma plasticidade e liberdade gestual característica da arquitetura moderna brasileira, que teve o privilégio de vivenciar durante a sua participação em vários projetos do atelier de Óscar Niemeyer. É em obras como o Edifício de habitação e comércio na Madalena, de 1960, e na moradia de Outeiro Seco, de 1961, que se tornam evidentes, para além de um especial cuidado formal na modelação volumétrica, de harmoniosas proporções, demonstra uma tendência clara para a utilização de cores primárias e branco como meio de acentuação de ritmos ou contrastes compositivos.

Foto da panificadora de chaves

Foto da panificadora de vila real

No caso particular da Panificador de Chaves, de 1962, e da Panificadora de Vila Real, de 1965, apesar de não se terem afirmado como obras relevantes da prática de arquitetura de Nadir, marcam a sua carreira principalmente pela compilação dialética que a própria função industrial permite. Aqui se verifica especialmente o cruzamento entre a rigidez das fachadas envidraçadas, tendencialmente estruturais da conceção corbusiana, e o recurso a coberturas desenhadas segundo moldes circulares, conferindo assim espacialidades originais, tornando-se ambas as obras as “das mais ilustrativas do período final do Movimento Moderno em Portugal”²⁵ Abandonado, por fim a prática de arquitetura entre o final dos anos 60 e inícios dos anos 70, estas obras constituíram, em suma, uma compilação de uma linguagem e desenho marcadamente moderno, que no entanto, transmitem uma atitude crítica face ao que foi apreendendo, com o intuito de aproximar esses mesmos pressupostos ao contexto maioritariamente rural em que se inseriam as obras acima referidas. Pelo facto de ter contactado diretamente com os arquitetos internacionais que marcaram a produção arquitetónica portuguesa, permitiu a Nadir, aplicar em Portugal (tal como no caso particular da Panificadora de Vila Real) uma abordagem demonstrativa da total compreensão das limitações dos fundamentos da Arquitetura Moderna, percebendo que seria mais apropriado recorrer a novas interpretações, menos rígidas e variáveis, atenciosas à presença e à vida quotidiana que o desfasamento sociocultural português impunha.

²⁵ NEVES, Victor; CHAVES, Mário; AMARAL, Renata - Nadir Afonso, Pintor e arquitecto, p. 18

OBJETO - PANIFICADORA DE VILA REAL

Planta de implantação

APROXIMAÇÃO À CIRCUNSTÂNCIA

Na cidade de Vila Real, pertencente à região de Trás-os-Montes e Alto Douro, após um crescimento exponencial da “Vila Real Panificadora, Lda.” desde o ano de 1944, forma-se uma nova sociedade que aglomerando a anteriormente referida e outras relacionadas com a indústria da panificação, se torna possível e necessária a construção de um edifício onde se localizaria a panificadora principal. No decorrer do mês de julho de 1965, possivelmente pela notoriedade que o edifício da Panificadora de Chaves adquiriu, foi solicitada ao arquiteto Nadir Afonso a elaboração de um projeto de arquitetura de um edifício de equipamento destinado à panificação em larga escala, e que funcionasse não só como sede empresarial, mas também como ponto de distribuição para os vários pontos de venda que se encontravam na cidade. Para uma sociedade desta dimensão tornou-se evidente que seria importante ser representada na região por um edifício de valor arquitetónico inquestionável e que transmitisse um carácter particularmente inovador.

Constata-se também na Panificadora de Vila Real o que desde o início do século XX se vem a refletir: a compreensão de que uma boa arquitetura se torna um valor acrescentado, colaborando na construção e afirmação das marcas no mercado em que se inserem.

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO

Derivado ao seu programa muito especificado, a Panificadora de Vila Real é implantada numa área estratégica da cidade, destinada especialmente à expansão industrial. Na margem este do rio Corgo, foi estabelecida devido à construção de uma ponte, inaugurada em 1904, que unia dois pontos da cidade até então divididos por uma topografia acidentada. A este fator, une-se a inauguração da extensão da linha ferroviária no ano de 1906 muito próxima da área anteriormente pré-definida. Estas condições permitiram que várias indústrias se estabelecessem, bem como que a cidade se expandisse nesta direção, onde prevalecia ainda um contraste claro entre o que era indústria e território de exploração agrícola. Sendo uma das últimas construções industriais a se implantarem, em 1965, assume uma colocação urbanística privilegiada que vem apoiar a prosperidade desta fábrica. O facto de se encontrar numa área exterior à densa malha habitacional do centro da cidade de Vila Real, permitiu que fosse concebida com uma maior área de implantação, que conjuntamente com a facilidade de acesso aos pontos de venda, permitia uma distribuição da sua produção muito eficaz. Para além destes fatores, encontrava-se num entroncamento de percursos, tanto de habitantes que se dirigiam ao centro da cidade, trabalhadores da zona industrial em que se inseria e habitantes que lentamente se iam fixando nas proximidades.

CONCEÇÃO FORMAL

Perante um programa muito idêntico ao anteriormente explorado na Panificadora de Chaves, em 1962, Nadir Afonso procura não se afastar muito dos processos e pressupostos que o guiaram nessa primeira. Apesar de ao partir de superficialmente ambas as edificações se assemelharem, aquando de uma análise pormenorizada tornam-se particularmente distintas na concretização de algumas opções formais.

No caso da Panificadora de Vila Real, é evidente que a disposição volumétrica é bastante condicionada pela irregularidade topográfica em que se insere tendo em conta os arruamentos que aí vão sendo implementados. Verifica-se o que parece ter sido a implantação de uma área principal aproximadamente quadrangular, dividida em nove amplos módulos, que definem a ocupação quase total da parcela, aproximando um dos gavetos do mesmo ao topo norte desta, permitindo assim que as duas fachadas, noroeste e nordeste, se relacionem diretamente com as vias de acesso principais. Devido a um corte enviesado no topo sul da parcela, são adicionados módulos mais reduzidos que se articulam de modo a tirar o máximo partido da área destinada à construção.

Com uma abordagem harmoniosa entre as funções a que se destinam os espaços e a forma previamente idealizada, o arquiteto procura organizar todos os percursos de produção num único piso, optando por dividir esses mesmos percursos das áreas administrativas pela adição de um segundo piso, onde se encontra a casa do guarda, que, no entanto, não se destaca abruptamente da volumetria tendencialmente horizontal do edifício. De modo a contrariar, equilibrando, esta horizontalidade, Nadir ergue um volume vertical (silo), criando uma intensidade e uma articulação que confere uma harmonia volumétrica característica das obras que o seu anterior mestre, Le Corbusier desenvolveu durante a sua prática profissional. É especialmente no desenho da cobertura que Nadir procura uma abordagem mais livre e gestual, elaborando uma composição de vários módulos intercalados entre coberturas abobadadas e de uma água, com uma pendente decrescente na direção da fachada sudeste do edifício. Estas preocupações formais vêm de encontro à vontade expressa de garantir uma certa continuidade dos ideais dos mestres do Movimento Moderno, procurando grande liberdade de desenho e da composição formal, mais variável e intencionalmente provocatória, resultando muitas vezes em linguagens mais expressivas e até mesmo escultóricas.

Planta do piso térreo fase de projeto

Alçado Noroeste

PROCESSOS CONSTRUTIVOS

A Panificadora de Vila Real, no processo de definição e articulação dos espaços, apresenta uma solução construtiva que conjuga uma estrutura de pórticos (pilar - viga) de betão armado e de paredes de alvenaria de tijolo de argila. É na modelação dos espaços interiores destinados à produção que se encontra uma abordagem muito peculiar do arquiteto Nadir Afonso, pois o que aparenta ser uma malha regular rigidamente elaborada, possui variações intencionalmente originalmente definidas pelo autor. Contrariamente ao rigor geométrico que seria de esperar, pelas experiências quer ao nível do trabalho intensivo desenvolvido com Le Corbusier na elaboração de várias obras relevantes e dos estudos realizados para que fosse concebido o sistema Modulor, quer das abordagens a que teve acesso na pintura apoiada no abstracionismo geométrico, Nadir, mantém a convicção de que a harmonia geométrica que permite conceber obras de arte, não é passível de ser aplicada na elaboração de um projeto de arquitetura, pelo simples facto de esta estar inevitavelmente associada à função social a que se compromete a responder.

Talvez mesmo por esta razão Nadir nunca tenha utilizado diretamente o Modulor na elaboração das suas obras, procurando continuamente alcançar as proporções e a harmonia compositiva sem recorrer a métodos de modelação demasiado rígidos. Posto isto, é evidente que na elaboração da Panificadora, o arquiteto procurou garantir que todos os espaços tornassem possível e eficiente o decorrer dos processos fabris da panificação, em detrimento da definição de um ritmo compositivo associados a uma geometria rígida e formalista.

PANORAMA ATUAL DA PANIFICADORA DE VILA REAL

Com o falecimento dos sócios maioritários na década de 80, os herdeiros ficaram responsáveis pela fábrica, os quais interferiram de forma direta para uma boa estrutura económica da sociedade. Derivado a desentendimentos constantes entre os diversos sócios, bem como a acumulação de despesas e consequente redução da faturação, face a uma concorrência proeminente e cada vez mais significativa, a incapacidade e impossibilidade de proceder à expansão da fábrica e atualizar-se foram fatores que contribuíram, definitivamente, para que nos primeiros anos da década de 90, a empresa acabasse por abrir falência²⁶.

Tendo conhecimento de que mesmo após o fecho do espaço fabril a área comercial destinada a um café ainda esteve em funcionamento durante um curto espaço de tempo, pode levar-nos a inferir que este facto pode ter estado na origem do projeto elaborado pelos Arquitetos Pioledo em 1991, tendo obrigado a recorrer a uma transformação que se torna o espaço em loja, e independente da restante área fabril.

É do ano de 1996 que se regista o último arquivo relativo à Panificadora. É relativo a um pedido de informação prévia, requerido pela própria administração da Vila Real Panificadora Lda., solicitando que após inevitável demolição do edifício da panificadora se tornasse viável a construção de um edifício de habitação no local onde se localizavam as instalações da empresa. Desta forma, supomos que, provavelmente, este requerimento terá sido feito para efeitos de venda do imóvel, visto que o parecer positivo dado pela autarquia terá constituído um fator impulsionador para os eventuais compradores, tendo em conta a possibilidade de demolir e construir sobre a fábrica existente.

De facto, atesta-se que no Plano de Pormenor de Tourinhas (ao qual a Panificadora pertence) fornecido pela própria entidade, a Câmara Municipal de Vila Real, está prevista a demolição da panificadora para a construção de um bloco habitacional²⁷. É também do conhecimento da autarquia que o atual proprietário já entregou um projeto que terá sido aprovado, apesar de não existir quaisquer desenvolvimentos visíveis até á data.

Muito devido aos acontecimentos que foram tardando a tomada de alguma posição definitiva, atualmente, a Panificadora de Vila Real encontra-se num estado de total abandono com sinais de degradação já bastante avançados. Por não existir qualquer tipo de vedação a resguardar o imóvel, encontra-se no seu interior todo o tipo de entulho, fruto de usos indevidos e clandestinos de que tem vindo a ser alvo desde o seu encerramento há mais de vinte anos. Para melhor compreensão deste problemático abandono *versus* interesse imobiliário, importa realçar que esta foi uma zona que, nos últimos anos, apresentou um grande crescimento.

²⁶ TAVARES, Eduardo; Correia, Frederico – Obra de Nadir Afonso ao abandono: Vila Real Panificadora, Lda.: Ascensão e queda! P.3

²⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL – Regulamento do Plano de Pormenor de Tourinhas.

Após a construção da Panificadora, este pouco explorado “lado da cidade” foi-se alterando, sobretudo após a instalação do Instituto Superior Técnico no início dos anos 70 (numa zona próxima à então Zona Industrial), que, posteriormente, se tornou na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e, 1986. Esta instituição de ensino assumiu um papel relevante no desenvolvimento regional, contribuindo, de forma significativa, para a reestruturação desta zona da cidade. Desde então, houve necessidade de criar novos acessos, serviços e aumentar a capacidade habitacional, de forma a dar resposta às novas exigências. O programa Pólis (e a sua posterior execução) contribuiu, igualmente, para a valorização desta área, reforçando e consolidando o sistema urbano de ligação entre as duas margens do rio Corgo, contribuindo para o aumento da qualidade de vida nesta zona que de alguma forma é extensivo ao resto da cidade. Assim, esta intervenção originou, nas áreas adjacentes, uma qualificação urbana que propiciou o desenvolvimento de operações imobiliárias que, em conjunto com a construção de estruturas de grande importância comercial e cultural – como a construção do Centro Comercial, do Teatro e da Biblioteca municipais – tornaram esta zona uma das mais qualificadas e frequentadas, funcionando, hoje em dia, como um novo núcleo da cidade.

Pelo exposto, a Panificadora de Vila Real adquire assim um lugar de destaque nesta nova estrutura urbana, que cruza sectores habitacionais, comerciais, culturais e universitários, como uma “ruína consentida” num meio em forte desenvolvimento. Estes factos não são indiferentes para a população que, apesar de não compreender as suas qualidades arquitetónicas, considera-a um elemento representativo da história da cidade e, logo, é acarinhada socialmente. O impacto que a sua linguagem formal provocou na cidade à época da sua construção ainda é hoje reconhecido e admirado por todos, mesmo pelas pessoas menos entendidas, pelo valor de novidade, de diferença e de inovação.

No decurso dos anos, esta obra adquiriu especial importância na medida em que está estreitamente relacionada com a vida da comunidade, gerando um importante sentimento de identidade para com este edifício. O facto de se tratar de uma fábrica de um dos mais importantes bens de consumo levou ao estabelecimento de uma relação de grande proximidade com os consumidores. Durante anos, fez parte do quotidiano de uma geração que, atualmente, lembra, com saudade, o auge da Panificadora.

Na verdade, a Panificadora de Vila Real está envolta num clima de polémica, não só pela condição degradante em que se encontra, mas também pelo facto de estar prevista a sua demolição, o que causa na população um sentimento de perda, de tristeza e de indignação. No fundo, ela marcou no momento da sua construção, marcou no auge do seu funcionamento e agora continua a marcar embora pelas piores razões e só assim é possível compreender a atualidade, a importância e a proporção da problemática que envolve o objeto de estudo deste trabalho.

ALTERNATIVA À DEMOLIÇÃO

ANÁLISE DAS PROBLEMÁTICAS

Se bem que haja um reconhecimento generalizado por parte da comunidade local relativamente à relevância que possui a Panificadora de Vila Real no contexto da cidade, tanto a população como as entidades políticas, não reconhecem a necessidade de garantir a sua preservação. É um claro exemplo representativo da ainda existente resistência no reconhecimento e na valorização de obras mais recentes comparativamente ao património centenário.

Em boa verdade, que fatores impedem a Panificadora de ser vista como um edifício de interesse público, um legado histórico que interesse preservar? Evidentemente, para responder a esta questão requer uma investigação mais abrangente destas problemáticas, de forma a sustentar o caso particular do nosso objeto de estudo.

Reconhecemos que a arquitetura do movimento moderno se trata de um momento arquitetónico de grande interesse para o cenário português, contudo, sabemos que se encontra “muito desprotegido e longe de estar devidamente considerado e acautelada”²⁸ no que à salvaguarda se refere. Hubert San Henket, um dos fundadores do DOCOMOMO, abre-nos um grande leque de possibilidades que poderão estar na base desta problemática:

“O património do século XX devido à sua expressão de modernidade, o seu significado e a sua materialidade, está mais vulnerável do que o património do período anterior. As construções do séc. XX excedem muito em volume todas as que foram construídas previamente. Além disso, devido ao crescimento da exigência da sua performance, os edifícios tornaram-se funcionalmente esgotados mais rapidamente do que antes. Todos estes aspectos geram grande tensão com a ideologia da sustentabilidade”.

A problemática parece desde logo ser significativa pelas distintas importâncias atribuídas comumente ao património moderno e ao património dito “histórico” ou de períodos anteriores. Esta questão parece estar estreitamente relacionada com o processo histórico do conceito de património, associado inicialmente ao conceito de monumento. Segundo Riegl, “Por monumento no sentido mais antigo e originário compreende-se uma obra de mão humana, construída com o fito determinado de conservar sempre presentes e vivos na consciência das gerações seguintes feitos ou destinos humanos particulares”.

Progressivamente, o seu papel foi-se alterando, passando a ser algo construído para ser um “agente de embelezamento e de magnificência nas cidades”, logo, o conceito de monumento progrediu no sentido da substituição progressiva do ideal de memória pelo ideal de beleza.

²⁸ RODEIA, João Belo – Apresentação. In TOSTÕES, Ana [et al.] – *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1970*, p.7

Assim, o significado de monumento afastou-se do sentido memorial, sendo por sua vez atribuído ao conceito de Monumento Histórico, indissociável do contexto histórico em que foi gerado. Estas duas noções são, com frequência, confundidas, sendo que, segundo Françoise Choay, a distinção é feita de forma clara por Riegl no início do século XX quando define que “o monumento é uma criação deliberada, cujo destino foi assumido *a priori* e à primeira tentativa, ao passo que o monumento histórico não é desejado inicialmente e criado enquanto tal. Este último é constituído *a posteriori* pelos olhos convergentes do historiador e do amator, que o selecionam entre a massa dos edifícios existentes e de que os monumentos representam apenas uma pequena parte. O conceito de monumento histórico esteve pois na origem do que designamos de “património histórico”. Contudo, nos dias de hoje, com a consciência de que “património” é um domínio mais extenso do que edifícios individuais, o conceito foi-se tornando cada vez mais abrangente – como podemos compreender pela forma de atuação da UNESCO (a título de exemplo) que ao longo do tempo “a listagem” passou a integrar, para além de edifícios individuais, distritos urbanos, sítios, conjuntos edificados, bens materiais e bens imateriais como línguas, música, etc. Ou seja, estas duas expressões deixaram de ser sinónimas, sendo que atualmente os monumentos históricos apenas constituem uma parte de uma herança patrimonial em constante crescimento.

A ideia de património arquitetónico parte, historicamente, do valor da antiguidade, do valor histórico e do valor de memória intencional²⁹ como manifestação do passar do tempo e pela evocação da memória do passado. Desta forma, quando falamos do património do séc. XX, não podemos estimar a ação do tempo da mesma forma que o encontramos de modo natural nos edifícios de um passado mais distante, dado que “o valor da antiguidade de um monumento trai-se à primeira vista pelo aspeto não moderno”³⁰, quer dizer, para este tipo de arquitetura mais recente, o valor da antiguidade resulta contraditório com os valores que formulam a sua própria identidade. Desta forma, o facto de a Panificadora não transmitir uma imagem reconhecível como antiga, nem de ser entendida como algo que relembra um passado distante, no entendimento comum do que é valorizável, ela fica prejudicada pelo seu aspeto moderno e especialmente, de ruína fabril. Efetivamente, a arquitetura do Movimento Moderno assenta no seu valor de novidade. Inclusive, nas premissas que estiveram na sua origem, revelava-se intencionalmente “anti-monumental”, negando converter-se em recordação do passado e aceitando, desde a sua génese, a condição efémera. Isto condiciona consideravelmente a questão do valor da antiguidade e, portanto, rompe com o conceito original de património. Assim, a sua análise introduz uma componente nova, obrigando a num lento processo de atualização dos pressupostos da valorização patrimonial, que para além do valor atribuído ao património de outras épocas (memória, história,

²⁹ RIEGL, Alois – op. cit., pp. 27-43

³⁰ RIEGL, Alois – O Culto Moderno dos Monumentos e outros ensaios estéticos, p.27

etc.), implicou um reconhecimento do uso social no processo histórico, ou seja, não só pelas características formais, espaciais e estéticas, mas também pela forma como estes imóveis foram ocupados e o que significaram para a sua população, interpretando os seus sistemas culturais próprios.

Por essa razão, a Carta de Atenas (1931) se referia aos “conjuntos de monumentos para lhes conservar o seu carácter antigo”³¹. Posteriormente, a Carta de Veneza (1964) expressa que “a noção de monumento histórico engloba [...] também as obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural”³², mas só na carta de Nizhny Tagil (2003) aparece uma consideração mais humanística na retórica do património que, referindo-se ao património industrial, diz-nos que “tem um valor social como parte integrante dos registos da vida dos homens e das mulheres correntes e como tal proporciona um importante sentimento de identitário”³³.

Desta forma, podemos afirmar que só assim o nosso objeto de estudo fica abrangido por este conceito mais lato de património, já que são tidos em consideração pressupostos ajustados às especificidades que o património moderno exige. Contudo, esta alteração da valorização patrimonial é relativamente recente e, por isso, exemplares como a Panificadora de Vila Real ainda não são percecionados como um depósito de tempo que seja importante conservar. Por parte da sociedade, o valor da antiguidade continua a ser mais reconhecível e fácil de entender pois trata-se de um valor anterior (cronológica e conceptualmente). Com efeito, tende-se a valorizar o mais antigo em detrimento do mais recente. Devemos salientar que, a partir dos anos 80, se tem verificado um espírito de proteção deste património, impulsionado por instituições internacionais e nacionais que têm o papel central na tarefa da divulgação e sensibilização como IGESPAR (antigo IPPAR), ICOMOS, UNESCO, ICCROM, DOCOMOMO, World Heritage Center, entre outras – no entanto, este continua a ser o nosso património mais vulnerável.

Para além do complexo e recente processo de reconhecimento da arquitetura moderna como património, existem outros fatores, não menos importantes, que contribuem para aumentar a sua fragilidade. O facto de Panificadora se tratar de um programa industrial, concebida à luz dos princípios do movimento moderno, o funcionalismo apresenta-se fortemente assumido. Como vimos no capítulo anterior, ela exprime na sua organização, tanto espacial como formal, a função para a qual foi concebida. Segundo Jorge Figueira e Ana Vaz Malheiros, a funcionalidade “[...] desde o início se percebeu determinante na difícil sobrevivência material destes complexos”³⁴.

³¹ IGESPAR – Carta de Atenas (1931), [em linha]

³² IGESPAR – Carta de Veneza (1964), [em linha]

³³ TICCIH – Carta de Nizhny Tagil (2003), [em linha]

³⁴ FIGUEIRA, Jorge; MILHEIRO, Ana Vaz – O fim da fábrica, o início da ruína. In Branã, Celestino; LANDROVE, Susana; TOSTÕES, Ana – A arquitetura da indústria: 1925-1965 Registo DOCOMOMO Ibérico, p.91

Por se definir condicionada formalmente pela função específica que acolhe, torna-se dependente desse uso e, no caso de falência da razão para que foi criada, o edifício fica comprometido, tornando-se obsoleto no seu fim, condição que age contra a apreciação do seu valor patrimonial. Por esta razão, podemos afirmar que são mais sensíveis às transformações, abandono e demolição. Tal como constatamos na Panificadora, onde assistimos à sua alteração (acrescentos, demolições internas e até propostas de ampliação) como consequência [...] da necessidade de adequação das exigências programáticas e que, perante a falência da sua função, facilmente perdeu o seu valor de uso.

Para além da questão funcional, a consciência de que a arquitetura não se perpetuaria para além da vida útil do edifício, incentivou ao experimentalismo formal, construtivo e tecnológico que faziam questão de explorar. “A arquitetura moderna nasce intencionalmente frágil”³⁵. A utilização de materiais novos e o recurso a soluções tecnologicamente avançadas, sem ter a real perceção da durabilidade e resistência desses materiais, tornou-os sujeitos a uma rápida decadência e à fadiga material. Os materiais construtivos utilizados na Panificadora são reflexo de um cruzamento entre a eficácia do espaço laboral e a procura de uma solução mais económica do seu conjunto. O facto de se recorrer a uma solução construtiva mais mista e à aplicação de materiais frágeis (azulejos, pavimentos cerâmicos, vidros, etc.) é exemplo desta atitude. Mas onde o experimentalismo se manifesta de forma mais evidente é na solução apresentada para a cobertura da fábrica em alternativa ao projeto inicial. Na impossibilidade de criar as abóbadas em betão, improvisou-se um novo método construtivo que se revelou claramente frágil, com recursos a materiais de pouca durabilidade, mas que conseguiram inicialmente responder às necessidades.

Este experimentalismo construtivo e tecnológico acaba por dificultar a posterior adaptação dessas materialidades às novas exigências contemporâneas, pois muitas técnicas deixaram de ser utilizadas e os seus processos de produção foram substituídos, tornando o trabalho de intervenção extremamente criterioso, especializado e dispendioso. Assim, este forte vínculo que estabelecem com a funcionalidade e a experiência técnica e construtiva dificultam sua permanência, tornando-se rapidamente descontextualizada pela veloz degradação das suas características, gerando espaços na cidade obsoletos e sem função³⁶. Esta dupla questão (funcional e material) apesar de dificultar a valorização dos edifícios é substancial à arquitetura moderna. Derivam das opções programáticas e visionárias que foram outrora sinónimo de inovação e representam valores que proporcionaram uma marca de identidade própria intrínseca a este tipo de património. Estes valores podem ser menos duráveis e até mais mutáveis, mas são o reflexo dos tempos em que se gerou e desenvolveu.

³⁵ MOLINA, Julio – Mirando al moderno desde el mar. In LANDROVE, Susana [et al.] – Renovar-se ou morrer? Experiências, apostas e paradoxos da intervenção da Arquitectura do Movimento Moderno, p. 11

³⁶ BRAÑA, Celestino – Indústria e arquitectura moderna em Espanha, 1925-1965. In BRAÑA, Celestino; LANDROVE, Susana; TOSTÕES, Ana – [op. cit.], p. 58

Nascidos para serem “novos” confronta-se com a veloz decadência a que estão sujeitos com o passar do tempo. Passam a ser “velhos” aos olhos de quem os viveu, encarando este envelhecimento como sinal dos anos de uso a que assistiram. Assim, o moderno perdeu a sua novidade e ainda não ganhou “antiguidade” como vimos anteriormente. Os significados e as associações feitas a estes espaços ainda não têm o benefício da “distância” temporal que torne perceptível a importância da sua salvaguarda.

A questão do envelhecimento é essencial no caso da Panificadora já que a falta de tratamento e de manutenção tem afetado a imagem do edifício e, conseqüentemente, a nossa relação com ele. Desde a perda da sua função, a Panificadora tem vindo, pouco a pouco, a diluir o seu valor de inovação para dar lugar à ruína, tornando-se cada vez menos valorizável. Na perspetiva das pessoas que a experienciaram, ela está demasiado próxima para ser entendida como relevante para a classificação ou proteção patrimonial. Para os outros que apenas conheceram a sua ruína, na impossibilidade de lhe reconhecer o valor social que lhe estava implícito, ainda têm mais dificuldade em a valorizar. Na verdade, o sentimento de pertencer a um lugar só é identificado pelas pessoas que o construíram e viveram diretamente, conseqüentemente, à medida que estes deixam de estar presentes e se esgota a função do edifício, começa um processo intenso de desprendimento que leva à demolição. “Na arquitectura moderna, para além das conotações procedentes da sua origem histórica, a transição do *moderno* ao *velho*, que dificulta a sua apreciação, vem marcada por três questões. Por um lado, a impossibilidade de considerá-la *antiga*. Por outro, a perda do seu carácter de *novidade*. E, por último, a sua condição estritamente funcional [e material] que marca a sua *caducidade* quando deixa de se útil e a condena ao seu desaparecimento”³⁷.

Outra problemática que afeta a valorização deste património é a grande variedade tipológica deixada pela arquitetura moderna. Comparativamente com a obra realizada noutras épocas, esta é bem mais numerosa, provocando um aumento do número de edifícios para designação patrimonial e, por consequência, dos valores patrimoniais a considerar. Esta diversidade de construções a caracterizar e a proteger produz nos nossos dias o que foi designado por Françoise Choay “um complexo de Noé, que tende a colocar ao abrigo do tecto patrimonial o conjunto exaustivo dos novos tipos construtivos aparecidos ao longo deste período”³⁸. Não possuímos, certamente, recursos suficientes para preservar todas as obras interessantes desta época, nem consideramos que todo o património possa ser objeto de igual proteção e conservação. Mas “a ampliação do activo implica, naturalmente, a ampliação da perda”³⁹, por isso, a

³⁷ CALDUCH, Juan – La “fadiga formal” en arquitectura. El deslizamiento de lo moderno a lo viejo. In LANDROVE, Susana [et al.] – [op c it.], p 153

³⁸ CHOAY, Françoise – Alegoria do património, p. 225

³⁹ MOSTEIRO, Javier García-Gutiérrez – Consideraciones sobre algunos caracteres de la arquitectura del siglo XX y su incidencia en los criterios de salvaguardia patrimonial. In LÉON, Juan; MOSNTEROS, Fernando – [po. Cit], p.145

problemática da quantidade levanta a delicada tarefa de definir e estabelecer critérios de caracterização e seleção que, conseqüentemente, leva à questão qualitativa da avaliação, à hierarquia de valores e à análise comparativa para determinar raridade.

Embora haja os significativos avanços, fruto do esforço realizado por múltiplas instituições e associações para a criação e aplicação de critérios que consigam ser mais abrangentes, dada a especificidade da arquitetura moderna, esta é uma elaboração que ainda está em processo. Têm sido realizadas e públicas listagens e catálogos essenciais para dar a conhecer o universo patrimonial existente e para a divulgação da importância desta época para a história da sociedade. Porém, estes tipos de listagens não constituem dimensão prospetiva que os converterá em verdadeiras ferramentas de salvaguarda dos exemplares selecionados. Elaborados por equipas de especialistas e estetas, regem-se por critérios que, logicamente, dão prioridade à catalogação das obras mais significativas, de regiões onde este tipo de arquitetura teve mais expressão, baseados na representatividade cronológica, tipologia, escala e, naturalmente, em valores estéticos e visuais dos edifícios. Representando um trabalho bastante significativo e essencial, a elaboração destes catálogos e listagens tem um reverso da medalha. Muitas vezes estão na origem de dificuldades adicionais nas intervenções dos edifícios classificados, bem como o esquecimento, culpado dos não classificados que, por não encaixarem dentro dos padrões de seleção habitualmente empregues, são tidos como não qualificados arquitetonicamente. Na verdade, na maioria das vezes, a qualidade não está em questão, o seu valor pode residir noutros critérios que não foram tidos em conta.

Como exemplo, a Panificadora de Vila Real não está classificada, no entanto, não significa que ela não tenha qualidade arquitetónica. Possivelmente, no conjunto de obras à espera de classificação, pode acabar por ficar em desvantagem na análise comparativa, ou então, possivelmente, a sua análise poderia ter em conta outros fatores como: o seu carácter de elo na cadeia de acontecimentos que constituem a sua história; a importância do seu autor; a inovação que representou para o contexto que integrara; o seu carácter representativo e condensador dos temas explorados pela arquitetura moderna, etc. A existência de uma limitação para proteção implica uma escolha comparativa muito rígida e os edificados que ficam excluídos, mesmo que sejam estimados “ficam condenados e mais desprotegidos do que se não se tivesse protegido nenhum dos outros”⁴⁰.

Naturalmente, quando falamos numa escala mais aproximada, por exemplo a nível municipal, estas questões tomam proporções bastante mais gravosas, pois os agentes que estão envolvidos no processo de valorização e salvaguarda são muito mais do que os profissionais da área e, como é óbvio, envolvem uma forte componente social e política.

⁴⁰ CAPITEL, Antón – Notas sobre la identidad y la protección de los bienes patrimoniales modernos. In LÉON, Juan; MONTEROS, Fernando – [op. cit], p. 82

Se um Plano Diretor Municipal tem um catálogo de edifícios protegidos, os restantes convertem-se numa responsabilidade exclusiva do proprietário, ficando por isso mais suscetíveis à demolição e às alterações. Esta é uma problemática claramente influente na desvalorização da Panificadora de Vila Real. O facto de não estar classificada, ainda, por nenhuma entidade oficial, foi entendida pela Câmara como não tendo “qualidade arquitetónica” que justificasse a sua proteção. Como vimos anteriormente, perante a falência da empresa, os próprios proprietários, na tentativa de valorizar o terreno, contactaram a Câmara Municipal para pedir parecer para posterior construção. Não havendo, à altura, qualquer impedimento legal e perante vontade privada, a autarquia não colocou nenhum obstáculo. Na verdade, perante uma propriedade privada, mesmo que a Câmara propusesse a sua salvaguarda, teria sempre de entrar em acordo com o proprietário, o que se traduziria num elevado investimento camarário e, portanto, o grau de importância, interesse e representatividade municipal do edifício teria de ser muito elevado. Deparamo-nos, novamente, com a questão da escolha comparativa, onde os fatores vistos anteriormente representam um grande peso para o reconhecimento da “qualidade” de um edifício do movimento moderno, com a agravante de ter um programa industrial.

“ Na prática sabemos que todos os processos de demolição são antecidos pela avaliação de técnicos do património, mas, no final, os critérios que imperam são as “mais-valias” económicas dos proprietários, o que torna difícil decidir a favor das reutilizações ou recuperações destes edifícios. Fica, assim, inviabilizada a solução que permitiria não só conservar os edifícios industriais emblemáticos e representativos de cada cidade, [...] promover soluções de reuso de velhos edifícios, realizar acções específicas de restauro e, sobretudo, favorecer uma ligação mais forte dos habitantes e dos visitantes da cidade com o seu património e com a sua memória colectiva.”⁴¹

O facto de estes edifícios estarem fragilizados tanto material como funcionalmente e ocuparem locais de destaque dentro do perímetro urbano, tornam os seus terrenos extremamente valiosos e atrativos para a rentabilização imobiliária e, por isso, apresentam-se vulneráveis pelo facto dos interesses económicos se imporem aos valores patrimoniais.

Em suma, a desproteção dada pelo desconhecimento e desvalorização faz com que esta arquitetura permaneça exposta às vicissitudes da conjuntura económica do país, à pressão e à especulação económica territorial – pois sem uso perdem o seu valor económico e, perante uma boa localização e com uma área generosa, convertem-se num espaço ideal para a construção de edifícios economicamente mais rentáveis aos limitados meios de ação financeiros e institucionais – visto que sendo dependentes de investimento e naturalmente de retorno, ainda não estão suficientemente promovidos nos respetivos meios de investimento. E à sociedade de consumo em que vivemos, onde ideias como reaproveitamento sustentável, rentabilidade e durabilidade não

⁴¹ SAMPAIO, Maria da Luz *apud* SILVA, Vasco – Revolução (Des)Industrial: Museificar, Reutilizar e Converter, p. 27

são consideradas tão desejadas quando comparadas à novidade. Dada a boa localização da Panificadora de Vila Real, na perspetiva do proprietário torna-se economicamente mais vantajosa a construção de um edifício de habitação coletiva de forma a garantir a rentabilização máxima do lote, naturalmente, esta especulação implicará a perda deste edifício de grande valor arquitetónico e cultural, bem como a perda dos valores simbólicos e memoriais que lhe estavam associados.

Pelo exposto, podemos concluir que a Panificadora não só está descuidada e abandonada à deterioração por falta de uma proteção patrimonial oficial, por enquanto, mas também está diminuída pela ação do Homem que desconhece a sua cultura e a sua história. Uma verdadeira mudança política na abordagem a este património só pode chegar a bom porto se a sociedade, as autoridades e, principalmente, os proprietários tomarem consciência da sua atmosfera, da sua identidade e do seu valor real. Em termos práticos, só o reconhecimento social a vai dotar de qualidade e a vai manter realmente a salvo. Contudo, o processo é bastante demoroso e ainda está muito aquém dadas as dificuldades que a sua especificidade comporta. Infelizmente, as consequências, como podemos observar na atual situação da Panificadora, são rápidas e diretas na demolição e transformação quotidianas dos imóveis que se encontram desprotegidos.

PROPOSTA PARA UM FUTURO

Após analisar os múltiplos fatores que progressivamente contribuíram para que a Panificadora de Vila Real se encontre atualmente em ruína e das várias tentativas de demolição desta obra, apresenta-se agora uma nova e construtiva perspetiva. Como se constata logo nos primeiros capítulos desta dissertação, é válido acreditar de que se trata de um ponto de vista legítimo e relevante, como expressão da concretização dos ideais modernos que vieram a ser adaptados e postos em prática em Portugal, funcionando assim como um aglutinador das experiências e aprendizagens, ricas e significativas que o seu autor obteve com as personagens mais carismáticas do Movimento Moderno mundial.

Ainda se constata a relevância que impôs no contexto seu contemporâneo, uma clara atitude inovadora arquitetonicamente, socialmente, tecnicamente e economicamente, com raras exceções experimentadas nas regiões interiores de Portugal, onde o setor industrial não obteve um papel tão significativo e por sinal, mais pobres do que o exemplo da Panificadora de Vila Real veio trazer. Assim, o que está concretamente em causa, caso não se concretize ou explore uma abordagem restauradora desta obra, se tornará numa perda sem remedeio, não só ao nível urbano como do património arquitetónico, social e cultural. É, portanto, imperativo consciencializar a comunidade em geral, de que é herdeira deste legado, podendo tomar partido deste, respeitá-lo e, eventualmente desfrutar da sua espacialidade e valor arquitetónico.

Principalmente, evidenciar o que se aprendeu com a sua presença e a sua história, e de que hoje em dia temos acesso a outros pressupostos de memória, e por isso, desejamos que a obra se permaneça nessa mesma memória. Todavia, sabe-se que uma concreta consciencialização social aproximará a possibilidade de salvaguarda, necessitando de tempo e uma atitude mais incisiva, fatores de que a Panificadora, por sua vez, ainda não dispõe. Mesmo após as mais variadas tentativas que conduzissem ao desaparecimento da Panificadora, esta ainda permanece como parte estruturante da cidade, apesar da sua situação atual se encontrar extremamente fragilizada. Permanece como tema de reflexão da comunidade vilarealense, tornando assim ainda mais pertinente a elaboração de uma discussão e proposta concreta que possibilite uma alternativa à demolição.

Como constatamos, o conceito de património é mutável e pouco objetivo, está diretamente relacionado com as mutações ideológicas e sociais cada vez mais velozes, muito de acordo com o contexto específico, tornando-se influenciável pelas alternâncias da construção da perspetiva cultural e social em que se encontra. Deste modo, hoje devemos considerar um diálogo mais racional e sustentável com a atual Panificadora. Como alternativa à destruição e construção de algum elemento deveras economicamente mais rentável, propõe-se o recurso à reabilitação, revitalização, conservação e apropriação de espaço como possibilidades não só viáveis, mas legítimas. Casos como o da Panificadora, que ocupam um espaço privilegiado no seio de um

centro urbano, torna-se de certo modo, até incoerente abdicar destas edificações de valor significativo que são parte da vida quotidiana urbana, não entendendo que se está perante o desvanecer de um possível ponto estratégico e relevante para a malha urbana e o sistema estrutural da cidade.

Num mundo tendencialmente mais global, uma nova atitude perante a ruína pode vir a construir um novo entendimento e novos diálogos sobre o que é inovar e valorizar. Assim, torna-se inquestionável uma alteração para uma perspetiva construtiva relativamente a este património, no sentido de entender o que ainda pode vir a oferecer à comunidade, à cidade e à arquitetura, que atualmente se caracteriza por ser alvo de uma tendência para uma maior rentabilização e sustentabilidade económica no desenvolvimento das cidades. Em boa verdade, a preservação do património outrora industrial, que veio a ser negligenciado, iniciam-se agora reconhecimentos do valor e do potencial que podem representar para os processos de reestruturação e construção da área urbana das cidades. Pelo seu valor histórico e principalmente ideológico o património industrial que foi desenvolvido segundo ideais modernos é tido como elemento inesgotável de possibilidades e experiências para os arquitetos e estudiosos. Caracterizam-se em especial por apresentarem espaços funcionais, concetualmente atrativos, quer pela versatilidade e estética particular, quer como prova de serem lugares com propensão à estimulação da economia urbana, podendo gerar espaços orientados para atividades culturais, comerciais ou até mesmo habitacionais, funcionando como reatores e geradores de novas dinâmicas urbanas.

“[...] os edifícios industriais começam a afirmar-se com os outros usos de forma tão relevante como o fizeram na altura da industrialização. [...] tornaram-se agora uma moda que tem originado vários polos geradores de interesses múltiplos nas zonas urbanas em que se inserem.”⁴²

Nos dias de hoje assistimos ao que se pode denominar o clímax de um novo tipo de turismo que tem vindo a crescer, principalmente nos países da Europa central, o Turismo Industrial, que poderia certamente ser um fator que favorecesse a preservação da Panificadora. Os vários modelos relacionaram-se não só com a sua integração em circuitos industriais, mas também com outros complexos industriais que reativaram a sua função, tornando possível que sejam visitáveis ao público em geral. Exemplos como o Tate Modern e o Matadero de Madrid, bem como a Central Elétrica do Freixo no Porto, já constituem exemplos de sucesso que veem assim reiterar a prova do êxito que é possível obter através do diálogo entre o passado e o presente em espaços modernos e industriais.

Mesmo que em Portugal este género de intervenção ainda seja embrionário, casos como o da Central Elétrica do Freixo e do o Armazém Frigorífico no Porto, constituem já materializações de reabilitação bem sucedidas que, após intervenção, prestando apoio às

⁴² SILVA, Vasco – Revolução (Des)Industrial: Museificar, Reutilizar e Converter, p. 37

comunidades próximas e pertencentes, albergam programas culturais e empresariais, ou ainda, polos de indústrias criativas, adquirindo um papel contributivo para a divulgação, valorização e reconhecimento destas antigas estruturas, agora com usos do quotidiano da sociedade.

É formalizando e concretizando abordagens inovadoras que às obras modernas e especialmente industriais lhes é dada a oportunidade de assegurarem a sua continuidade, reclamando o seu valor histórico e simultaneamente permitem ao património demonstrar capacidade para desempenhar funções práticas e até mesmo de destaque nas cidades, servindo como anteriormente o fizeram as populações e a sua rotina.

Assim, podemos entender que, para o caso particular da Panificadora, para além de garantir a sua proteção legal, a opção que aparenta ser mais viável e capaz de assegurar a sua continuidade é tornar esta obra útil. Só deste modo se pode apresentar à sua comunidade, como um elemento marcadamente inovador, recordando o período áureo em que servia de um modo tão próximo e familiar os seus utilizadores, reiterando a imagem de herança capaz de ainda oferecer algo aos cidadãos, capaz de concretizar melhorias significativas na qualidade de vida, em especial nos, ambientais, turísticas, sociais e também económicas.

Constatamos que a arquitetura moderna assenta sobretudo em critérios divergentes de outros momentos históricos, e se não for reconhecida como *antiga*, é porque pode ser considerada como sendo *presente*. É por esta razão, que mais do que outro edifício de outro momento anterior, se pode reconhecer nesta Panificadora a privilegiada capacidade de se constituir como sustentável, e de continuar a representar um papel ativo na dinâmica da cidade de Vila Real. Deverá, deste modo, continuar a ser representativa dos valores, interesses e sensibilidades desta comunidade em específico.

Como a Panificadora foi construída com o propósito de responder a um programa industrial, apresenta múltiplas vantagens quando se considera a possibilidade de a adaptar a uma nova habilitação. A sua espacialidade, especialmente no corpo principal onde se encontram as naves onde se procedia à panificação, caracterizadas por serem amplas e estabelecerem contatos espaciais e visuais diretos, a sua estrutura em pórtico e de planta livre, já por si flexível, espaços facilmente transformáveis, facilitam alterações significativas na possível disposição de elementos definidores de novos espaços. Dispõe também de um alçado noroeste maioritariamente constituído por fenestração, proporcionando excelentes condições de iluminação interna; um espaço exterior com capacidade para complementar os espaços interiores, em especial para que sirva de apoio e extensão do espaço destinado à cafetaria, como já no projeto de Nadir Afonso estava proposto. Estes fatores são de extrema relevância, pois possibilitam uma intervenção menos dispendiosa, e portanto, mais rentável a curto e médio prazo, até porque, permite a inclusão de uma variedade maior de programas. A sua reduzida dimensão quando comparada a outros

complexos industriais, viabiliza a sua “às normas de utilização atuais e prestam-se a utilizações públicas e privadas múltiplas”⁴³.

Em muito devido a estes factos, levou a considerar a Panificadora como uma obra que reúne determinadas condições necessárias que possibilitam a concretização de uma proposta de reabilitação, de modo a torná-la compatível com as exigências e inovações contemporâneas, fazendo com que resista e dignifique o seu contexto.

Deste modo, importa entender as várias questões que se levantam quando se pondera uma proposta concreta de intervenção na Panificadora de Vila Real. Os modos de atuar sobre o património, pela sua relevância e valor, criam um impacto significativo na cidade, representando uma área temível, sobretudo envolvendo edifícios do Movimento Moderno. A sua muito sincera e direta relação formal que demonstram perante os seus valores ideológicos chegam mesmo a aparentar que são detentoras de uma dimensão abstrata enquanto objeto definido por uma geometria rigorosa e coerente. São estas características que por muitas vezes condicionam o modo de atuar sobre os edifícios do Movimento Moderno, podendo gerar, de um modo geral, opiniões controversas sobre os critérios e as atitudes a adotar. O caso do Mercado do Bom Sucesso no Porto, recentemente reabilitado e transformado num espaço comercial muito variado, é um excelente exemplo, pois foi alvo de muitas questões pelo modo como ao espaço interno foram adicionados elementos que interferiram com a leitura total da nave semicircular, ampla e unificada proposta no projeto inicial. Por mais subtil que seja, é inevitável que uma intervenção, seja ela qual for, altere significativamente a matéria da obra e por consequência, a autenticidade concetual e artística da mesma.

Dada a especificidade da Panificadora de Vila Real, esta acaba por exigir uma análise mais cuidadosa e pormenorizada do objeto, de modo a ser possível identificar as suas características essenciais e se proporem habilitações mais adequadas ao espaço em questão. A demanda por um novo uso deverá garantir que preserve, sempre que possível, a sua autenticidade e significado arquitetónico e ideológico, ressaltando todo o conjunto de relações formais, materiais e espaciais.

É de salientar que o facto de não ser evidente um único caminho interventivo, ou uma resposta absoluta para as problemáticas que vão surgindo aquando da intenção de dar uma nova vida às obras que se encontram numa situação similar à da Panificadora, surge também o medo de adulterar significativamente as características, em particular as espaciais e formais.

Embora, independentemente da estratégia escolhida, todas as propostas têm uma consequência comum, a de garantir a preservação e utilização do edifício. Em todas as intervenções são levantados problemas específicos aos quais se que requerem, também, soluções específicas, portanto, para a Panificadora não poderá ser diferente. Partindo daqui, o que pretende

⁴³ CHOAY, Françoise – Alegoria do património, p. 234

defender é que a proposta reconheça o valor que esta estrutura adquiriu, bem como o peso social e material de agora, que divergem daqueles com que se relacionava aquando da sua.

A estratégia de intervenção passa certamente, muito condicionada por motivações e condicionantes culturais, mais do que tecnológicas e técnicas, sendo que o objetivo se prende às exigências e necessidades da sociedade atual, preservando o seu significado e o seu valor.

Assim sendo, e tendo em conta que meio em que se insere se encontra numa fase de constante consolidação e criação de oportunidades, e por isso, procura-se então oferecer um espaço que reúna uma polivalência programática capaz de responder às várias necessidades que surgem, quer ao nível comercial, cultural e artístico, como empresarial e de exposição. Muito próxima da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, de áreas densamente habitadas, em especial por uma faixa etária jovem, estudantes e famílias, pela proximidade ao Circuito de Vila Real que realiza provas internacionais de automobilismo, do maior espaço comercial da cidade, o Nosso Shopping e do Teatro Municipal de Vila Real, tendo em conta a massa populacional que todas estes eventos e infraestruturas representam, a Panificadora de Vila Real constitui um edifício de potencial interativo com as referidas anteriormente, bem como apoio rotineiro à área envolvente, podendo hipoteticamente se tornar um símbolo representativo de criação, inovação e espírito empreendedor.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Planta de implantação próxima

Como já foi referido anteriormente, a proposta de reabilitação que esta dissertação apresenta parte intencionalmente de pressupostos assentes na prevalência, tanto do máximo possível de elementos arquitetónicos preexistentes e originalmente concebidos, como da procura por uma continuidade programática, ou similar, sendo que, visto estarem a ser aplicadas novas valências, alguns espaços terão necessariamente de funcionar com funções divergentes das originais, sem que sejam postos em causa os pressupostos modernistas concetuais aplicados à formalização e articulação espacial.

ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS PREVISTAS

Após uma análise detalhada das várias fases de conceção, desde a fase de projeto à fase de aprovação, e consecutivas alterações projetuais e programáticas, opta-se inicialmente por proceder à demolição dos acrescentos que surgiram tardiamente (que não constam na proposta de Nadir Afonso) que se encontram no espaço de apoio que se encontra na secção sul do lote. Deste modo, para além de se aproximar das intenções iniciais do arquiteto, vem a complementar as novas valências do edifício de uma área ampla de acesso a cargas e descargas, bem como de estacionamento automóvel adequado à hipotética afluência, e que para que tal se proporcione, se tenha de tornar esse espaço plano, correspondendo à mesma cota que a estabelecida inicialmente na entrada das matérias primas.

Ainda exteriormente, como ao longo das décadas após o encerramento da Panificadora se sucederam várias alterações sobretudo ao nível da alteração significativa de cotas dos acessos pedonais a esta, a relação que se estabeleceu entre os passeios e o extremo norte do edifício tornou-se particularmente inapropriada e indelicada. Visto que é neste ponto especial do edifício que se encontra o espaço destinado a cafetaria, propõe-se um alargamento do espaço exterior, que mantendo-se pedonal, agora segue a cota estabelecida pelo momento de entrada (que se encontra no extremo oeste, como se vai esclarecer posteriormente), levando a que se tenha de proceder à inclusão de um plano de rampa, que por sua vez, permita o acesso do ponto mais elevado onde se encontra atualmente um elemento de travessia da via principal que se encontra a norte.

Estas demolições num momento inicial, para além de qualificarem os espaços que ladeiam e que permitem o acesso à Panificadora, permitem criar uma separação física entre o edifício e qualquer outro elemento, não só possibilitando que esta seja de livre acesso em todo o seu perímetro, mas também que se imponha como edificação livre e isolada, materializando assim a sua distância concetual temporal e ideológica.

Em boa verdade, as demolições realizadas por mão humana, ou as que se sucederam naturalmente e que encaminham o edifício à situação ruínosa em que se encontra atualmente, possibilitaram uma análise mais abrangente das potencialidades e das relações que se estabelecem entre os vários espaços. Tal como os elementos que se encontram degradados, também os que encontram, maioritariamente intactos, proporcionam a mesma análise, tendo potenciado uma decisão programática mais atenciosa.

Plantas de piso térreo e da torre

DISTRIBUIÇÃO PROGRAMÁTICA

Como ponto e momento de entrada, o extremo oeste da Panificadora demonstra ser o mais adequado tendo em conta várias lógicas relativas à forma e à articulação funcional do programa. Esta secção do edifício torna-se peculiar, e portanto, de especial atenção devido à presença de vários elementos arquitetónicos: para além da imponente porta que permitia o acesso, anteriormente a uma garagem privada, sobre esta, encontra-se uma pala, proeminente, que possibilita uma marcação clara do momento de entrada, bem como proteção física deste espaço contra a pluviosidade; é também neste setor do edifício que existe uma quebra propositada da forma expressa exteriormente, que contígua às coberturas arqueadas que se denotam do alçado noroeste, esta apresenta-se como sendo de duas águas, estabelecendo formalmente um momento de alteração programática, interna; entrando no edifício, agora, por uma porta pivotante, depara-se com um espaço de transição (sendo os elementos verticais e laje da cobertura revestidos a reboco de argamassa e acabamento em tinta branca, pavimentado de betonilha, um dos elementos escolhidos originalmente, desta, para todo o pavimento do edifício, funcionando não só como elemento unificador, mas também pela sua eficaz aplicação e prolongada durabilidade), e de acesso, tanto ao espaço administrativo que se encontra no piso superior (anterior casa do segurança e espaços de escritórios, agora provido de instalações sanitárias e uma sala de trabalho) e que se acede através de uma escada de um só lanço, como de acesso ao espaço de receção do restante edifício, através de um outro elemento pivotante; é neste ponto específico do edifício que também se encontra a torre silo, constituindo, pela verticalidade que impõe, um marco visível de um momento significativo do conjunto.

Após o espaço de entrada, encontra-se um momento de transição onde, sobre este, se encontram as nove máquinas de trituração anteriormente utilizadas para essa função, e que agora se tornam elementos de iluminação do espaço que complementam (iluminação colocada na abertura onde original se encontrava a saída da matéria moída), permanecendo também como elementos nostálgicos e representativos da anterior função. Ainda aqui, encontra-se um ponto de acesso à torre (que outrora se destinou a silo de armazenamento), onde se encontram quatro espaços distribuídos verticalmente, os quais possibilitam atmosferas de carácter mais privado e privado (cada um com uma área aproximada de 14 m², e um pé direito de 3.2 m), acessíveis através dos lanços de escadas originais.

Logo após este momento, encontra-se um balcão de atendimento a norte, e o acesso às instalações sanitárias (com espaços destinados ao sexo masculino, outro feminino e um terceiro com características apropriadas a utilizadores de capacidade reduzida), que se encontram exatamente no espaço onde anteriormente se localizavam os balneários e respetivas instalações de apoio aos funcionários, bem como espaços complementares ao funcionamento da Panificadora (as instalações sanitárias serão por sua vez revestidas de azulejo branco, em todos os seus elementos de divisão espacial vertical até à altura de 2.32 m).

Seguindo, depara-se com um primeiro espaço, ou nave, delimitado a norte por um alçado maioritariamente envidraçado, (tal como no projeto inicial, não ocorrendo qualquer alteração do seu desenho), e a sul pela presença do elemento a que anteriormente lhe foi atribuída a função de forno a lenha (apesar do seu avançado estado de degradação, constitui ainda assim um elemento de valor arquitetónico e de carácter fabril), sendo que este mesmo elemento, acolhe, nesta proposta, um espaço de estar, de dimensões reduzidas e portanto, mais familiar, complementado por um elemento de extração de ar, que por sua vez, se torna uma representação de como algo que constitui o imaginário industrial, pode proporcionar uma atmosfera acolhedora e solícita.

Alçado noroeste (principal)

Corte E

Este espaço que se encontra definido entre os elementos referidos anteriormente e as separações que se encontram entre os pórticos estruturais, que já originalmente definiam estes espaços, constitui, bem como a nave que lhe sucede, dois espaços com características que lhes permitem atribuir usos nas mais variadas temáticas.

Entende-se que tanto pela sua amplitude espacial, flexibilidade e iluminação privilegiada, lhes possam ser atribuídas funções tais como: espaço de trabalho individuais e coletivos, co-working, incubadora de empresas, exposições temporárias, conferências ou eventos de considerável afluência (a primeira nave: 184 m²; a segunda: 306 m²). Para que, em termos legais, estes espaços possam garantir tais usos, os acessos ao exterior, localizados tanto a oeste (traseiras do forno), como as portas contíguas à 2ª nave, a norte e a sul, mantêm-se intactos, tendo especial atenção para estes dois últimos, que apresentam uma largura total de 3.51 metros, cada.

Na secção nordeste da Panificadora, os três módulos originalmente propostos, correspondem, nesta proposta também, a três módulos de apoio tanto ao espaço de cafeteria que se encontra no módulo a norte, como à 2ª nave. Define-se assim que, a copa que se encontra no módulo central pode servir diretamente, através de aberturas pontuais nos elementos separadores, tanto o espaço correspondente às naves do corpo principal do edifício, como o espaço relativo e reservado a cafeteria, sendo que este, por sua vez, se relaciona com o espaço exterior público através dos vãos que esta proposta apresenta, coincidentes com os idealizados na proposta inicial do arquiteto Nadir Afonso. Tal como o espaço que outrora foi delineado como sendo a área de cargas e descargas, funciona aqui com o mesmo propósito, podendo apoiar tanto os espaços polivalentes centrais, como a copa, por via de uma passagem para cada um destes, sem qualquer antecâmara ou espaço intercalar.

Relativamente às coberturas do edifício, e tendo em conta o que já foi referido inicialmente na análise da obra na situação atual em que se encontra, entende-se que para além de uma restauração total das lajes de betão que subsistem, parcialmente destruídas, que correspondem a todas as coberturas inclinadas do edifício, as coberturas abobadadas centrais, deverão ser, na sua totalidade, repostas, procedendo a um método construtivo equiparável ao utilizado durante a fase de construção desta obra, que se constatou ser mais eficiente, face às lajes de betão armado propostas pelo arquiteto Nadir Afonso: coberturas leves de estrutura metálica, revestidas externamente por placas de chapa zincada, preenchidas internamente com isolamento térmico de lã de fibra de vidro, optando desta vez, por um revestimento interno em gesso cartonado, tendo em conta, especialmente, os custos reduzidos associados à sua aplicação, bem como a textura similar que o seu acabamento expressa relativamente aos restantes elementos pigmentados da Panificadora, numa tentativa de implementar uma coesão, visual e material do seu interior, que por sua vez, é invadido também, por uma luminosidade tendencialmente unificadora e menos variável, por entre os vãos quadrangulares, pontualmente pigmentados do alçado noroeste, que constitui efetivamente, a expressão da face da Panificadora à cidade de Vila Real.

Cortes A B C D

3 alçados restantes

CONCLUSÃO

Com a concretização deste trabalho, dá-se a conhecer uma obra de elevado valor arquitetónico, ainda que pouco reconhecida, que foi desenvolvida na fase final da carreira profissional de Nadir Afonso, enquanto arquiteto. Agrega em si as mais variadas aplicações dos ideais e das possibilidades formais desenvolvidas pelo Movimento Moderno, que foram protagonizados por uma geração de arquitetos dispostos a aplicar uma nova crítica arquitetónica, especialmente durante a década de 50 do século XX, aquando da aplicação de um esforço desmedido para a adequação destes novos pressupostos ao contexto português seu contemporâneo.

O caso do arquiteto Nadir Afonso e da sua obra é bastante peculiar visto a sua aprendizagem dos ideais modernos ter sido o resultado de uma experiência próxima dos arquitetos internacionais impulsionadores destes, externamente do contexto nacional português, refletindo-se essa experiência, em especial na Panificadora de Vila Real, pela elaborada articulação volumétrica, pelo modo como o tema da luz é introduzido não só como elemento inevitável ao funcionamento no edifício, mas também como percorre todos os espaços de modo cuidadosamente apropriado, pelo emprego da cor e a expressividade dos elementos que a detêm, pela articulação de uma cobertura que conjuga harmoniosamente elementos curvilíneos e uma torre de silo que contraria claramente a sua marcada horizontalidade, reiterando uma imagem inovadoramente exclusiva na cidade de Vila Real.

Para além do seu valor arquitetónico, soma-se o papel social pela representação e criação de uma memória coletiva no quotidiano urbano, tendo mesmo se tornado num símbolo identitário da cidade. Em muito devido ao facto de a sociedade que a constitui ter entrado em falência, atualmente o edifício encontra-se num avançado estado de degradação, justificando, para além dos valores anteriormente apresentados, a proposta de uma reabilitação desta obra de modo a que se detenha a constante eminente demolição. Esta constante vulnerabilidade da efetiva presença desta obra tornou ainda mais pertinente que seja apresentado uma nova proposta que defenda a sua manutenção, restauro e reabilitação. Como se entende ao longo do trabalho, o programa industrial que deu justificação de concretização da Panificadora de Vila Real, demonstrou-se frágil e vulnerável às mutações ocorridas na rede urbana e social que tão velozmente ocorreram especialmente nas últimas décadas do século XX. Pode-se mesmo admitir que existe uma forte tendência, quer pelo facto de ainda estar a ser alvo de tentativa de classificação oficial e pelas demolições ilegais entretanto efetuadas, de que o desaparecimento da Panificador seja eminente.

Um processo de classificação elaborado cuidadosamente, bem como a aparição de propostas elaboradas por vários jovens arquitetos que têm agido tendencialmente para a efetivação da proteção deste edifício, será concretamente possível e viável que este se mantenha e que volte a representar um marco de construção de identidade social. Ou seja, a reintrodução de um novo programa que colmate uma necessidade da comunidade local, representará um meio de salvaguarda da sua existência e valorização. Deste modo, entende-se que somente com a participação conjunta entre as várias entidades administrativas e reguladoras do património, bem como a população e arquitetos interventivos, se tornará possível atribuir o valor que esta obra, na prática, representa.

Da análise realizada a esta obra em particular no decorrer desta dissertação, é possível reconhecer características que possibilitam uma intervenção passível de garantir a sua continuidade. Deste modo, este trabalho procura propor uma nova alternativa, capaz de responder

a necessidades variadas, flexíveis, e que adicionem ao edifício não só um caráter permanente, mas também uma posição de pertinência e prevalência sobre qualquer intervenção destrutiva.

Tendo sempre presente a capacidade que a prática da arquitetura detém sobre o dinamismo do meio urbano e das concretas respostas às exigências do Homem, acredita-se que a prática projetual, direta, sobre o construído, impõe o dinamismo requerido para a sobrevivência da Panificadora de Vila Real. A reabilitação deste edifício em um espaço de uso maioritariamente polivalente, a par da especificidade de alguns espaços de programa específico, atribui-lhe um carácter marcadamente público, mesmo em espaço público, isto é, público no espaço. A abrangência a que esta proposta foi sujeita, obrigou a uma análise alargada tanto ao nível dos antecedentes históricos que potenciaram a sua concretização, como das problemáticas complexas e atuais que envolvem o objeto de estudo, considerando, que este se encontra num longo processo de tentativas e recuos, intenções prometedoras e outras comprometedoras, tornando esta obra num caso específico de um obra-prima da arquitetura do século XX, em Portugal, considerada, ainda que não de forma unânime, um alvo de crítica e descontentamento, quer por parte de quem entende por bem demoli-la, como quem defende a sua manutenção, reabilitação e valorização justa e merecida.

ICONOGRAFIA FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ICONOGRAFIA

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Laura – A crítica na obra de Nadir Afonso: O caso das obras de título citadino. Lisboa: [s.n.] Universidade Aberta, 2010, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património.

ALMEIDA, Ana – Indústria e arquitectura. Coimbra: [s.n.] FCTUC, Departamento de Arquitectura, 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitectura.

ATRIA, Maximiano – Património Histórico en peligro? / El Toblerone de Almería [em linha] Plataforma Arquitectura, 4 Julho 2013 [Julho 2013] Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/2013/07/04/como-salvar-el-patrimonio-historico-en-peligro-el-toblerone-de-almeria/>

BANDEIRINHA, José António – Quinas Vivas. Porto: FAUP, 1996. ISBN: 9729483159

BRAÑA, Celestino; LANDROVE, Susana; TOSTÕES, Ana – A arquitectura da indústria: 1925-1965 Registo DOCOMOMO Ibérico. Barcelona: Fundação DOCOMOMO Ibérico, 2005. ISBN: 8460942953

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL – Processo 334/65: Memória descritiva. 1965. Acessível no Arquivo Municipal de Vila Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL – Planta de Condicionantes do Plano de Pormenor de Tourinhas. 2003. [em linha] Câmara Municipal de Vila Real [21 Março 2013].

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL – Planta de Implantação do Plano de Pormenor de Tourinhas. 2003. [em linha] Câmara Municipal de Vila Real [21 Março 2013].

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL – Processo 227/92. 1992. Acessível no Arquivo Municipal de Vila Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL – Processo 234/72. 1972. Acessível no Arquivo Municipal de Vila Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL – Processo 335/91. 1996. Acessível no Arquivo Municipal de Vila Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL – Processo 390/91. 1991. Acessível no Arquivo Municipal de Vila Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL – Processo 423/95. 1995. Acessível no Arquivo Municipal de Vila Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL – Processo 659. 1966. Acessível no Arquivo Municipal de Vila Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL – Regulamento do Plano de Pormenor de Tourinhas. 2003. [em linha] Câmara Municipal de Vila Real [21 Março 2013].

CANNATÁ, Michele; FERNANDES, Fátima, coord – Moderno escondido: a arquitectura das centrais hidroelétricas do Douro, 1953-1964: Picote, Miranda; Bemposta. Porto: FAUP, 1997. ISBN: 9729483280

CEPEDA, João Silva – Nadir Afonso, o arquitecto. Lisboa: [s.n.] Universidade Técnica de Lisboa, 2011. Dissertação de Mestrado em Arquitectura.

CHOAY, Françoise – Alegoria do património. Lisboa: Edições 70, 2010. ISBN: 9789724412740

CHOAY, Françoise – As questões do Património. Lisboa: Edições 70, 2011. ISBN: 9789724416243

COSTA, Tiago Filipe – Património Industrial Português da Época do movimento moderno: as experiências modernistas às novas necessidades contemporâneas. Coimbra: [s.n.] FCTUC, Departamento de Arquitectura, 2011. Dissertação de Mestrado em Arquitectura.

FERNANDES, José Manuel – Arquitectos do século XX: da tradição à modernidade. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006. ISBN: 9898010061

FERNANDES, José Manuel – Arquitectura modernista em Portugal (1890-1940). Lisboa: Gradiva, 2005. ISBN: 9726623391

FERNANDES, José Manuel – Arquitectura Portuguesa Temas Actuais II. Lisboa: Livros Cotovia, 2005. ISBN: 9727951279

FINOTTI, Leonardo – Brasília 50 anos, Niemeyer 100 anos. Cascais: Câmara Municipal, 2007.

FUNDAÇÃO Nadir Afonso – Nadir Afonso [em linha] Acessível em: <https://www.nadirafonso.com/fundacao/>

GINGA, Adelaide – Nadir Afonso: sem limites. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação; Museu de Arte Contemporânea, Museu do Chiado, 2010. ISBN: 9789727764082

GONÇALVES, José Fernando – Ser ou não ser moderno: considerações sobre a arquitectura modernista portuguesa. Coimbra: EDARQ-Edições do Departamento de Arquitectura, 2002. ISBN: 9729738386

IAPXX – Inquérito à Arquitectura do século XX em Portugal. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006. ISBN: 9728897146

IGESPAR – Carta de Atenas 1931. [em linha] IGESPAR [Março 2013] Acessível em: <https://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CaratadeAtenas.pdf>

IGESPAR – Carta de Veneza 1964. [em linha] IGESPAR [Março 2013] Acessível em:
<https://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

JORGE, Sara – Pólo Industrial Criativo: Reabilitação da fábrica de Cortumes de Coimbra, Coimbra: [s.n.] FCTUC, Departamento de Arquitectura, 2012. Dissertação de Mestrado em Arquitectura.

LANDROVE, Susana [et al.]- Renovar-se ou morrer? Experiências, apostas e paradoxos da intervenção da arquitectura do Movimento Moderno. Actas VI Congresso Fundação DOCOMOMO Ibérico. Cádiz: Fundação DOCOMOMO Ibérico; Arquitectos de Cadiz, 2007. ISBN 13: 9878461218912

LANDROVE, Susana [et al.] – La Fábrica, paradigma de la modernidade. Actas VIII Congresso Fundação DOCOMOMO Ibérico. Oviedo: Fundação DOCOMOMO Ibérico, 2010. ISBN: 9878461574568

LEÓN, Juan; MONTEIROS, Fernando – Criterios de Intervención en el Patrimonio Arquitectónico del Siglo XX, Conferencia internacional CAH20thC: Documento de Madrid. Madrid: Ministério da Cultura, 2011. ISBN:9788481815054

MILHEIRO, Ana Vaz; NUNES, Jorge – Le Corbusier e os portugueses. *Arq./A*, nº 59-60, (Julho/Agosto 2008) p. 40-45

MONTANER, Josep Maria – As formas do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. ISBN:8425218977

MONTANER, Josep Maria, Depois do Movimento Moderno: Arquitectura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. ISBN: 8425218284

NEVES, Victor; CHAVES, Mário; AMARAL, Renata – Nadir Afonso, Pintor e arquitecto. *Ar./A*, nº0, 2000, p. 18-21

NORBERG-SCHULZ, Christian – Los principios de la arquitectura moderna: sobre la nueva tradicion del siglo XX. Barcelona: Editorial Reverte, 2005. ISBN: 8429121072

PALAVRAS, Armando – A Panificadora de Vila Real [em linha] Tempo Caminhado, 9 Julho 2012 [20 Fev. 2013] Acessível em: <https://tempocaminhado.blogspot.pt/2012/07/panificadora-de-vila-real-o-restaurante.html>

PAPERNY, Vladimir – Modernism and Destruction in Architecture [em linha] ART Margins, Maio 2006 [Maio 2013] Acessível em: <https://www.artmargins.com/index.php/featured-articles/389-modernism-and-destruction-in-architecture>

PORTAS, Nuno – Os tempos das fortunas: a cidade feita e refeita. Guimarães: departamento autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005. ISBN: 9729982201 (Vol. 1)

ROSA, Edite . ODAM: valores modernos e a confrontação com a realidade produtiva. Barcelona: Escuela Tecnica Superior de Arquitectura de Barcelona, 2010. ISBN:9788469312476

SANTO, Teresa – Covilhã, Paisagem Industrial. Coimbra: [s.n.] FCTUC, Departamento de Arquitectura, 2010. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura.

SANTOS, Agostinho (coord.). Nadir Afonso: Itinerário (com)sentido. Porto: Edições Afrontamento/Fundação Nadir Afonso, 2009. ISBN: 9789723610093

SILVA, Ricardo – Arquitectura moderna: pretérito imperfecto. Coimbra: [s.n.] FCTUC, Departamento de Arquitectura, 2004. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura.

SILVA, Vasco – Revolução (Des)Industrial: Museificar, Reutilizar e Converter. Coimbra: [s.n.] FCTUC, Departamento de Arquitectura, 2009. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura.

TAVARES, Eduardo; CORREIA, Frederico – Obra de Nadir Afonso ao abandono: Vila Real Panificadora, Lda.: Ascensão e queda! *Jornal Notícias de Vila Real*, Vila Real (14 Fev. 2007), p.3

TOSTÕES, Ana – 7 razões para a criação do Museu Português de Arquitectura. Diário de Notícias, 1998. Acessível em: <https://fr.slideshare.net/biblarte08/a-fcg-e-a-investigacao-em-arquitectura-susana-lobo>

TOSTÕES, Ana – Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50. Porto: FAUP, 1997 ISBN: 9729483302

TOSTÕES, Ana [et al.] – Arquitectura moderna portuguesa: 1920-1970. Lisboa: IPPAR, cop. 2004 ISBN: 9728736355

TOUSSAINT, Michel – Nadir Afonso e a arquitectura. In *GINGA, Adelaide* – Nadir Afonso: sem limites. Porto/Lisboa: Instituto dos Museus e da conservação, 2010. ISBN: 9789727764082. P. 26 – 38

VAZ, Raquel – Património: Intervir ou Interferir? Sta. Marinha da Costa e Sta. Maria do Bouro. Coimbra: [s.n.] FCTUC, Departamento de Arquitectura, 2009. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura.
